



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 27

QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1975

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 37<sup>ª</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1975

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

###### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ANTÓNIO BRESOLIN** — Emenda de autoria de S. Ex<sup>o</sup>, em benefício dos ex-combatentes, apresentada ao Projeto de Lei nº 98/75, em tramitação na Câmara, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

**DEPUTADO JORGE ARBAGE** — Realização do I Encontro de Municípios do Pará e Goiás, em Brasília, no próximo mês.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Expedientes recebidos no sentido da pavimentação da estrada ligando a cidade de Boca do Acre—AM à capital de Rio Branco—AC. Autorização para organização e funcionamento dos diretórios acadêmicos universitários.

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Construção de terminal pesqueiro em Niterói—RJ.

**DEPUTADO GABRIEL HERMES** — Bodas de prata de ordenação sacerdotal de Dom Luís Palha.

**DEPUTADO JOAQUIM BEVILACQUÁ** — Aniversários de fundação das cidades de Caçapava e Jacareí—SP.

**DEPUTADO AIRTON SANDOVAL** — Artigo publicado no jornal *O Diário da França*, sob o título *A Voz do Brasil*.

**DEPUTADO JOSE SALLY** — Problema do transporte rodoviário no Estado do Rio de Janeiro.

**DEPUTADO JOÃO MENEZES** — Exploração de minérios da Serra dos Carajás e o porto para sua exportação.

###### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às dezenove horas, com Ordem do Dia que designa.

###### 1.2.3 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado Federal

Substituição de membro da Comissão Mista que dará parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nrs. 4 e 5/75.

###### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1975-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.380, de 23 de dezembro de 1974, que altera a tributação dos rendimentos de pessoa física, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1975-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.386, de 31 de dezembro de 1974, que concede isenção de imposto sobre produtos industrializados, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1975-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.387, de 7 de janeiro de 1975, que altera a alínea j do item II, do artigo 13, da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos. **Aprovado.** À promulgação.

###### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 38<sup>ª</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1975

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

###### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO PEIXOTO FILHO** — Problemática do funcionalismo do antigo Estado do Rio. Trabalho elaborado pelo Advogado Paulino José Soares de Souza sobre o assunto.

**DEPUTADO GIOIA JUNIOR** — Obra de evangelização desenvolvida pelo Pastor Rubens Lopes da igreja de Vila Mariana—SP.

**DEPUTADO JOÃO PEDRO** — 55º aniversário de emancipação política da cidade Lins—SP.

**DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO** — Reverência ao vulto de Tiradentes, no transcurso dos 183 anos de sua execução.

**DEPUTADO ALCIR PIMENTA** — Apreciação de Projeto de Lei, de sua autoria de benefícios aos usuários de veículos automotores.

**DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA** — Concessão da Ordem Nacional da "Legião de Honra", da França, no Grau de Oficial, ao Sr. Paulo Reis de Magalhães.

**DEPUTADO RUY CÓDG** — Conclusão da rodovia dos Imigrantes—SP.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 100,00
Ano .....	Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

**DEPUTADO FRANCISCO AMARAL** — Indicação do Sr. Guido Fernando Mondin para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

**DEPUTADO RUBEM DOURADO** — Aprovação pela Comissão Mista da tese do divórcio.

**DEPUTADO SANTOS FILHO** — Escolha de um representante da magistratura paranaense para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Aliomar Baleeiro, do Supremo Tribunal Federal.

**DEPUTADO JORGE PAULO** — Deficiências que sacrificam os usuários dos transportes coletivos rodoviários interestaduais. Necessidade da concessão de licença de nova linha de ônibus ligando Brasília—São Paulo.

**DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA** — Falta de financiamento, pelo BASA, para o custeio das safras de borracha. Ses-

quicentenário do jornal *Diário de Pernambuco*. Atitude do Governo brasileiro em recusar a intervenção pretendida pelo Banco de Portugal na agência do Banco do Brasil, em Lisboa.

## 2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às dezoito horas e trinta minutos, com Ordem do Dia que designa.

## 2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 1, de 1975-CN, que aprova as partes reformuladas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), nos termos do art. 2º, § 2º, do Ato Complementar nº 43, de 1969. **Aprovado.** À promulgação.

## 2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 37ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1975  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA

## PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Hélio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira —

Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

**Acre**  
Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

**Amazonas**  
Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

**Pará**  
Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

**Maranhão**

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

**Plaui**

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

**Ceará**

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcião — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Humberto Bezerra — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Uliisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

**Paraíba**

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Mauricio Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

**Pernambuco**

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monselhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

**Alagoas**

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

**Sergipe**

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

**Bahia**

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulpho Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar —

ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

**Esírito Santo**

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

**Rio de Janeiro**

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Neto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydek Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tarcísio Delgado — MDB.

**São Paulo**

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho —

MDB; Sylvo Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

#### Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernan- do Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Itirival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

#### Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Noberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB;

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 354 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

#### O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Volto a tratar do problema dos ex-combatentes, desta vez apresentando emenda ao projeto do Poder Executivo referente à contagem de tempo. Já que a legislação que beneficia o ex-combatente via de regra não é executada, já que muitos ex-combatentes estão doentes e na miséria, a aprovação da minha emenda representa uma solução para muitos desses bravos que, com tanto sacrifício e com tanta coragem, defenderam a nossa bandeira nos Apeninos, na Itália.

Trata-se da promoção e reforma imediata do ex-pracinha ao posto de 2º-Sargento.

A emenda que encaminho à Mesa é a seguinte:

#### “EMENDA Nº

Ao Projeto de Lei nº 98, de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

Acrescente-se onde couber:

“Art. — O valor mínimo da aposentadoria do ex-combatente corresponderá ao do soldo de 2º-Sargento.”

#### Justificação

Deflui do art. 4º do Projeto de Lei nº 98, de 1975, oriundo da Mensagem nº 77, do Senhor Presidente da República, a ratificação da aposentadoria especial ao ex-combatente da II Grande Guerra Mundial aos 25 anos de serviço.

Traduz, inegavelmente, um preito de gratidão e — por que não dizer — de justiça aos que, há trinta e três anos, lá estiveram atendendo ao chamamento de um dever cívico.

Os nossos pracinhas, os que sobreviveram, muitos ainda padecendo de males dela oriundos, de neurose de guerra, mas todos hoje praticamente com mais de cinqüenta anos de idade, esperam não somente o apoio do Senhor Presidente da República, mas dos Senhores Deputados e Senadores, do Congresso Nacional, à concretização da medida consubstanciada na emenda que apresentamos.

Desprezando-se o fim altamente social a que se destina, uma vez que se há de considerar o fator despesa, esta não seria substancial a ponto de fulminar nossa proposição, *in limine*.

O quantum seria fixado, levando-se em conta que a majoração corresponderia ao valor da diferença entre o quantitativo sugerido (o do soldo de 2º-Sargento) e o que atualmente estão percebendo os nossos ex-combatentes. Evidentemente que para aqueles que ainda não gozam de nenhum benefício, o respectivo quantitativo consta da Previdência Social, no seu sentido vegetativo.

Outro aspecto de relevante importância, ainda no terreno material, relaciona-se com a idade atual dos nossos ex-combatentes. Diz publicação oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Fundação IBGE — que a idade média de vida dos brasileiros não está muito aquém da idade atual dos nossos pracinhas (praticamente com mais de cinqüenta anos de idade). Os que ingressaram no Serviço Militar, por sorteio, convocados ou voluntários, em 1941/1942, aos 18 anos de idade, contam, hoje, em 1975, com cinqüenta e um anos de idade. E, em 1941, a classe convocada para sorteio — aquele foi o ano em que pela última vez se realizou sorteio, hoje a convocação é obrigatória — abrangia os jovens nascidos em 1920, portanto, àquela época com vinte e um anos de idade.

Assim, a grande e dura realidade é esta: o quantitativo que lhes fosse destinado não o seria por muito tempo.

Aspecto não menos relevante diz respeito à legislação especial dos países conflagrados — Itália, Alemanha e Japão — que contempla seus ex-combatentes.”

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

**O SR. JORGE ARBAGE (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Pelo vasto noticiário divulgado em órgãos da imprensa brasileira, tomamos conhecimento de que será realizado nos dias 6, 7 e 8 de maio vindouro, em dependência especial do Eron Brasília Hotel, desta Capital, o "I Encontro de Municípios do Pará e Goiás", que deverá reunir mais de 300 participantes entre Prefeitos, Vereadores e Parlamentares de todo o País.

Esse conclave, Sr. Presidente, segundo ainda a imprensa que o divulgou, será patrocinado pela Assessoria Municipalista Brasil Central e contará com a presença de altas autoridades, entre as quais se destaca o eminente Governador do Distrito Federal, Engenheiro Elmo Farias.

Ao abordar o assunto nesta Augusta Casa, para efeito de registro nos seus Anais, desejo congratular-me com a Assessoria Municipalista Brasil Central pela importância e oportunidade dessa iniciativa, sobretudo e principalmente, pelo que ela representa no tocante à administração do Município neste País.

Os Municípios convocados para participarem desse conclave são todos eles integrados a Estados da Região Amazônica, e por isso mesmo carentes de orientação sobre a nova técnica executiva e legislativa, sem a qual não poderão executar seus planos de trabalho em consonância com a sistemática que lhes impõe a legislação administrativa pertinente.

Além do mais, Sr. Presidente, as Prefeituras dos Municípios de regiões em estágio de subdesenvolvimento, entre as quais se incluem as da Amazônia, sofrem, por via natural de consequência, certas restrições na sua política de desenvolvimento, e, a duras penas, sabe Deus como lutam Prefeitos e Vereadores nessas áreas para cumprir as leis de meios, onde as previsões orçamentárias nem sempre alcançam os índices desejáveis.

Reputo os Encontros de Municípios Interestaduais, como este que vai se realizar nesta Capital com a participação de Prefeitos e Vereadores do Pará e Goiás, de grande importância para o desenvolvimento nacional, ainda porque os problemas mais polêmicos são colocados em termos de debates, ao final dos quais surgem as perspectivas para as soluções objetivadas às proporções das necessidades de cada região.

Por outro lado, Sr. Presidente, parece-me um relevante serviço prestado agora à Amazônia, concentrar no Distrito Federal os representantes de Prefeituras e Câmaras Municipais de dois dos mais importantes Estados da região, para que eles conheçam a sistemática moderna que versa sobre os programas de assistência técnica e financeira aos municípios, e ainda sobre os programas de cooperação técnica entre a Secretaria de Planejamento e respectivos Estados e Municípios.

Louvando, portanto, a feliz iniciativa assumida em hora das mais oportunas pela Assessoria Municipalista Brasil Central, cujos dirigentes demonstram elevado espírito público na realização de conclaves desta natureza, devo ressaltar a necessidade de promoção de novos encontros entre Prefeitos e Vereadores brasileiros, para os quais reputo imprescindível o apoio dos governos federal e estaduais, a fim de que o sistema municipalista seja fortalecido e engrandecido nos seus mais nobres objetivos pelo entrosamento comum dos que constituem a base e o fundamento da sua essência: o Município brasileiro.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, eminentes Srs. Congressistas, Senadores e Deputados:

A Assembléia Legislativa do meu Estado — o do Amazonas — se empenha, naturalmente, para, agindo através do seu programa, ajudar os municípios do interior.

Neste momento, por exemplo, há em nossas mãos expedientes a favor da Estrada que faz a ligação da Cidade de Boca do Acre à Capital do Rio Branco — Acre. Esta estrada é de grande utilidade. Seu asfaltamento é imperiosamente urgente não só para o Amazonas, mas até para o Brasil, de um modo geral.

O Deputado José Belo Ferreira, representante estadual do meu Povo, com a sua inteligência brilhante, bate-se, através da Resolução nº 6, para colimpar este fim. E o estão apoiando o valoroso Presidente José Dutra e os denodados Deputados, quer da ARENA, quer do MDB.

Deixo aqui a minha palavra de apoio aos meus colegas do Amazonas. Que o Ministro dos Transportes possa colaborar, com urgência, na pavimentação de uma estrada de alto índice social, político, no sentido alto do termo. Também no seu sentido econômico-financeiro.

Os expedientes referidos são os seguintes, Sr. Presidente:

ESTADO DO AMAZONAS  
Assembléia Legislativa

OF. Nº 176/75/GP

MANAUS, AM.  
Em 1º de abril de 1975.

Senhor Deputado:

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex<sup>e</sup> cópia da Indicação nº 6, subscrita pelo Senhor Deputado José Belo Ferreira, apelando em nome da população do Município de Boca do Acre e da Capital de Rio Branco — Acre, seja efetuada a pavimentação da estrada que liga aquelas cidades, pelas justificativas apresentadas pelo autor.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex<sup>e</sup> o meu alto apreço com as mais

Atenciosas saudações. — José Dutra, Presidente.

Ao Exm<sup>o</sup> Sr.  
Prof. Alberico Antunes de Oliveira,  
DD. Deputado Federal  
Câmara dos Deputados,  
Brasília — Distrito Federal

ESTADO DO AMAZONAS  
Assembléia Legislativa

INDICAÇÃO Nº 6

1. À Imprensa
  2. À C. de Constituição
- Em 11-3-75
- a) JOSÉ CARDOSO DUTRA  
Presidente

A arrancada desenvolvimentista iniciada no Brasil, a partir de 1964, teve como principal elemento o trabalho rodoviário a cargo do Ministério dos Transportes, e que já cortou o País de ponta a ponta com uma formidável malha rodoviária, levando a todos os rincões da Pátria a mensagem de confiança do Governo, de trabalhar eficazmente pelo bem-estar de todo o povo brasileiro.

A estrada tem sido, inegavelmente, o maior veículo de comunicação entre as diversas regiões do País, e o sistema rodoviário é o mais fácil meio de transporte usado nas grandes regiões.

Por isso, e CONSIDERANDO que na Amazônia várias rodovias já foram construídas ligando entre si as diversas unidades da federação:

CONSIDERANDO as peculiaridades da região, o que torna necessário e indispensável um contínuo tratamento para manter as estradas em tráfego regular, especialmente durante o período do inverno;

CONSIDERANDO que a estrada que liga o Município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, à Cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, constituída por apenas 208 km de extensão, construída já faz algum tempo, oferece condições de tráfego somente durante parte do ano e, presentemente, se acha intransitável, com incalculáveis prejuízos para as cidades de Boca do Acre e Rio Branco;

CONSIDERANDO, ainda, que Boca do Acre é e será sempre o principal porto fluvial daquela região, inclusive como meio de escoamento de produtos do próprio Estado do Acre, cujo Governo já assim o determinou;

CONSIDERANDO, enfim, que necessário se faz a adoção de medidas por parte do Governo Federal, através do Ministério dos Transportes; e dos Governos dos Estados do Amazonas e Acre, no que respeita à recuperação daquela estrada, pavimentando-a principalmente em determinados trechos, a fim de torná-la em condições permanente de tráfego, me permito usar dos meios regimentais para INDICAR à Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Legislativa, que se aprovada esta INDICAÇÃO se faça expediente em forma de apelo, em nome daquelas populações, aos Exmos. Srs. Ministro dos Transportes e Governadores dos Estados do Amazonas e Acre, rogando que se faça o quanto antes a pavimentação da estrada que liga o Município de Boca do Acre, no Amazonas, à Cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, uma vez que aquela rodovia tão útil ao desenvolvimento daquela região, somente oferece condições de tráfego em certa parte do ano e, no momento, se encontra totalmente intransitável.

REQUEIRO, também, que se envie cópia do expediente à nossa representação no Congresso Nacional, para que adotem igual procedimento e lutem pelo mesmo objetivo.

S.R. da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de março de 1975. — a) Deputado José Belo Ferreira.

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS ATIVIDADES DO PLENÁRIO, em Manaus, 12 de março de 1975.

Confere com o original:

(assinatura ilegível)

Secretário de Comissão

Visto:

Luzia Aldenize Albuquerque  
Diretor Legislativo  
Em exercício

Por outro lado, Sr. Presidente, desejava deixar, para transcrição, as palavras do Deputado Antunes de Oliveira, há mais de seis ou sete anos lutando pelo estudante, para que o estudante tenha o seu lugar devido. Não deixamos e não deixaremos de lutar, incessantemente, para que o estudante brasileiro, alma de hoje e alma de amanhã, do Brasil, possa ter os seus diretórios regulares, diretórios que não devem ser, repito, partidos políticos; diretórios que não são para a baderna, mas, para defender os direitos sagrados do estudante. E também para que se tenha a expressão de liberdade; expressão de cultura, expressão de patriotismo, da juventude estudiosa, do estudante em geral, de qualquer idade ou sexo.

Aprendi com meu pai e aprendi com meu avô, que descendem de idos e vindos da Bahia, heróica e legendária terra, que o estudante tem o direito até de fazer o enterro simbólico do político que não cumprir o seu dever.

Assim se fez na Bahia e no Brasil. Castro Alves usou esse direito, eu o disse ontem — e outros o fizeram da mesma maneira.

Luto como educador, luto como psicólogo-clínico (e sei qual o embate no coração e no psíquico do aluno que não pode ter o seu diretório) para que o estudante, a juventude — os alunos — discutam os seus problemas e até mesmo reclamem, em certos aspectos, contra os erros da Nação, os erros do Governo, no sentido construtivo. Porque os estudantes são parcela da nacionalidade.

Que eles se transformem em subversivos, discordamos. Eles não têm esse programa, assim o espero. Luto para que eles tenham o seu lugar de destaque, de influir nos destinos da Nação, através dos seus adequados movimentos estudantis patrióticos, através, também, dos seus diretórios e de suas greves pacíficas.

Outro dia, alguém, com muita eficiência, defendeu uma tese que vinhamos defendendo como educadores. Nunca se fez um movimento sério, neste País, em que não se tivesse o estudante e a mocidade lutando em favor desses altos ideais.

Assim foi. Não vou citar toda a história, ou todos, porque cansaria o Plenário. Todos os movimentos político-sociais do Brasil contaram, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, com a atuação do estudante e com a atuação da mocidade. A mocidade é a alma da Nação e, para não dar o cacoфato, eu direi: É a alma do País. É a Pátria mesmo, no seu ardor, no seu entusiasmo, na sua vibrabilidade, dentro do respeito à lei, para bem das altas causas que enobrecem a Pátria. A vigência do 477 é u'a lástima. É um cazonismo imperdoável. Não é o espírito da gente nossa. Os moços e as moças devem e precisam ocupar o seu lugar na vida brasileira, para bem do Brasil. Apareçam os equilibrados diretórios estudantis em todo o território nacional, inclusive no Amazonas, onde o estudante é um dos nossos orgulhos. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA, EM SEU DISCURSO.**

“O segundo assunto que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é o que está se fazendo com o estudante neste País. Francamente, estamos demonstrando que somos um povo pouco educado. Está-se tratando estudante no Brasil como qualquer peça humana, se é permitível esta expressão. Esquecido se acha o Governo de que, quando ele maltrata o operário, o soldado e o estudante, se encontra no caminho do cair, mais tarde, ou mais cedo. Ora, seria interessante que o Presidente Castello Branco fosse até o dia 15 de março de 1967, porque, assim, temos a impressão de que o Brasil estaria marchando de maneira mais equilibrada. Maltratar estudante, como se tem maltratado neste Governo, é de lastimar.

Transmitimos um grito de alerta ao atual Ministro da Educação, cuja formação moral, religiosa e cívica conhecemos. Que S. Ex<sup>e</sup> tome medidas energéticas para suspender essa perseguição que nos parece organizada contra o estudante brasileiro.

Se V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Presidente, abrir os jornais, encontrará, entre outros sueltos, este: “A Polícia e o Exército não permitirão o Congresso Nacional dos Estudantes”. E ainda notícias de que foram estudantes presos, recentemente, além daqueles que já o tinham sido.

Como Pastor Batista, como advogado, como educador brasileiro e Amazônida, lançamos um grito de agonia contra os atos de terror do Governo em relação aos estudantes. Os estudantes, estão agitando? Orientem-se os estudantes. Estão jogando pedra? Tirem-se-lhes as pedras das mãos. Mas nunca batermos, prendermos, tirarmo-lhes os caminhos da expressão, da palavra, de reunião pacífica. Ao proibir um congresso de estudantes, o Governo apenas demonstra que é fraco, porque, se forte fosse, manteria o congresso estudantil nos caminhos da democracia e dos próprios ensinos religiosos. Os dominicanos de Belo Horizonte ofereceram seu convento para que sejam abrigados os estudantes. Esse é um gesto nobre que deve ser imitado pelo Governo.

Repetimos, o nosso protesto, como educador, como pregador do Evangelho de Cristo, como brasileiro, como cidadão que não é

contra-revolucionário, mas de oposição construtiva. Afirmando que o mal que se está fazendo ao estudante dará a colher fruto com lágrimas nos olhos e perturbações no futuro. Que o Presidente Castello Branco e o Ministro atual se alertem: estudante no Brasil é a alma presente a alma futura do País, da nacionalidade. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Embora reconhecendo que a Ponte Presidente Costa e Silva projetou Niterói, a ex-Capital do Velho Estado do Rio, não se pode negar que a cidade ainda se debate diante de graves problemas que afetam a sua economia, como o seu antigo e movimentado porto marítimo há tantos anos abandonado à própria sorte, mercê da omissão dos órgãos governamentais responsáveis.

Sr. Presidente, há precisamente dois anos diante das críticas que formalizei desta tribuna, o então Diretor do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis anuciou que "era seu desejo transformar o Porto de Niterói em terminal pesqueiro, por ser contraproducente a sua ampliação, para recebimento de carga geral, devido aos elevados recursos que o empreendimento exigiria."

Ressalte-se que a ampliação do Porto de Niterói sempre se constituiu num antigo compromisso do Governo revolucionário com o povo fluminense.

Acresce dizer que as despesas com o serviço de dragagem, para permitir a atracação de navios de grande calado, foram orçadas à época em Cr\$ 60 milhões, cujo financiamento ficaria a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Afastada a ampliação preconizada, esses recursos seriam empregados para a transformação do porto em terminal pesqueiro que, inegavelmente, provocaria grande surto de progresso na ex-Capital da Velha Província, com a implantação de importantes núcleos ligados à pesca, além de imprimir maior movimento comercial à cidade, inclusive atraindo também os barcos que por diversos motivos se retiraram da Praça 15, preferindo o Porto de Santos. Por outro lado, as autoridades responsáveis reconheciam publicamente que o Entreponto de Pesca da Praça 15, da Cidade do Rio de Janeiro, não mais oferecia condições para receber o crescente volume de carga, além de prejudicar o trânsito local, pelo que seria fechado tão logo entrasse em funcionamento o novo terminal pesqueiro de Niterói, prometido pelo Governo que, igualmente, garantiu que o porto da ex-Capital fluminense não perderia as suas características com a implantação do referido terminal, sendo mantido o setor reservado ao embarque e desembarque de cereais (granel sólido).

O ex-Diretor do DNPVN defendeu a construção do terminal, alegando que a economia de recursos está no fato de que, para o terminal pesqueiro, é excluído o serviço de dragagem, entre outras obras, em face do baixo calado dos barcos de pesca, para os quais os níveis atuais de profundidade são satisfatórios.

Sr. Presidente, não fora a precariedade de funcionamento do Entreponto de Pesca da Praça 15, que não mais atende às suas finalidades específicas, o velho Porto de Niterói não teria sido lembrado para ser transformado em terminal pesqueiro, porque a omissão governamental remonta muitos anos com flagrante prejuízo para a economia fluminense.

Face ao exposto, confiante nos sadios propósitos do atual Governo, renovo apelo ao Presidente Ernesto Geisel, para que determine as providências cabíveis que conduzam à construção, em Niterói, do prometido terminal pesqueiro, juntamente com a melhoria das instalações do porto, que não pode perder as suas características, tão necessárias à expansão da economia do Estado do Rio. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Hermes.

**O SR. GABRIEL HERMES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, o Pará, em grande parte, foi inicialmente preparado para receber o homem pelos padres dominicanos. Estes colocaram a sua melhor pedra em Conceição do Araguaia, onde hoje floresce uma cidade próspera.

No dia 11 do mês corrente, reuniram-se a povoação e os dominicanos, para festejar os 25 anos, as bodas de prata de Dom Luiz Palha, inegavelmente uma dessas figuras humanas que merecem todo o nosso respeito.

Esse santo homem é estimado por toda aquela juventude que ele ajudou a preparar, com as escolas que criou, dando a essa juventude estudos da melhor qualificação, inclusive um *Ensaios de Gramática sobre a Língua Guarajá*, dos índios daquela área e também outro trabalho, outro estudo, divulgado sob o título *Índios Curiosos*, em que Dom Luiz Palha colecionou todos os contos, tudo aquilo que nossos irmãos, primeiros povoadores dessa parte da América do Sul, produzem de belo, e que se está perdendo.

Sr. Presidente, aqui coloco, também, a minha palavra no Congresso Nacional, em homenagem a esse grande brasileiro, a esse religioso notável, a esse dominicano respeitável que é Dom Luiz Palha. Neste sentido, publiquei no jornal associado *A Província do Pará*, de domingo último, um tópico, um dos meus comentários, com o nome de *D. Luiz Palha*, que peço faça constar deste meu pronunciamento. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GABRIEL HERMES EM SEU DISCURSO:**

**D. LUIZ PALHA**

*Gabriel Hermes*

Recebi fraterna carta do bom padre Monsenhor Augusto Brito. As duas últimas linhas anotavam o seguinte: "comunico-lhe, Dom Luiz fará bodas de prata de ordenação sacerdotal dia 11". Olhei o calendário e percebi que estava vivendo exatamente o dia 11 de abril de 1975, ano terrível de guerras, de egoísmo, de tristezas, de crianças que as bombas dos mais civilizados homens matam, destroem. Meus pensamentos voaram para Conceição do Araguaia. Vi-me em silêncio sentado na pequena capela da humilde casa de Frei Luiz Palha, tudo lá longe onde um bom Bispo rezava pelos seus irmãos queridos e repita, eu ouvi, a mesma frase de seu livro de meio século — *Índios Curiosos* — "são singelas, estas relações vão guardar uma lembrança... a lembrança das verdes matas que tantas almas ocultam de brasileiros sem o seu Brasil... os nossos índios do Norte da Pátria".

Dom Luiz Palha é um religioso, filho da Ordem de São Domingos da Província de Tolosa. Há mais de cinquenta anos serve ao povo humilde e, neste tempo, grande parte dedicou ao índio remeiro do Rio Araguaia. Amou, ama este brasileiro das matas, estudou a língua, os costumes, as lendas, e os chama de velhos amigos, e ao chefe de uma tribo, de "velho cristão carajá".

D. Luiz ajudou a construir colégios, igrejas, povoados e preparou centenas de jovens que hoje orientam e dirigem a administração, o comércio, o crescimento agropecuário dos municípios do Tocantins-Araguaia. Prossegue sua tarefa começada há meio século. Construiu uma casa para sede do Bispoado. Escreveu livros, a história dos índios, um *Ensaios de Gramática e Vocabulário da língua Carajá*. D. Luiz, hoje, ocupa da casa grande do Bispoado, um pequeno quarto, tudo porque, os seus índios, as crianças, necessitavam de um orfanato, assim, ele deu a metade da edificação para nela viverem os índios órfãos.

D. Luiz sentiu a necessidade de um hospital para os seus irmãos doentes, os índios e o povo de Conceição do Araguaia, o bom bispo ofereceu a outra metade da casa para ser-

viço hospitalar. E desse religioso que no dia 11 de abril, comemoraram — o povo de Conceição e os Dominicanos — as bodas de Prata de Ordenação Sacerdotal. Ele continuará servindo. Nunca ligou, nos parece, grande importância aos acontecimentos mundanos de seu tempo, embora sempre bem informado. Vive isento do egoísmo, origem das tristezas. Ele ama o melhor do seu Brasil, os seus irmãos índios, reza pela felicidade dos homens, aprendeu a fazer o bem e conhecer a mensagem que o acompanha, a de Jesus, que o libertará.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo à palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

**O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Vale do Paraíba está em festa, neste mês de abril. No dia 8, Caçapava, "a cidade simpatia", comemorou cem anos de elevação a cidade, sendo que no dia 14 comemorou também o aniversário de elevação a vila.

No dia 3 foi Jacareí, a festejar mais um ano de progresso e trabalho.

Dois dos mais importantes municípios de São Paulo, quer por sua significação histórica, quer pelo expressivo quadro de desenvolvimento industrial que apresentam, é justo que se registre nos Anais do Congresso o transcurso das eseméridades. E, na oportunidade, queremos felicitar as autoridades e o povo de Jacareí e de Caçapava, formulando os mais sinceros votos de que o desenvolvimento social dessas comunidades — através do qual poder-se-á chegar aos melhores níveis de bem-estar — seja uma consequência inevitável do espantoso crescimento industrial.

Jacareí e Caçapava — Caçapava e Jacareí — dão a São Paulo e ao Brasil um exemplo de que não ficaram deitadas à sombra do glorioso roteiro histórico que apresentam. Solos pisados pelos jesuítas de Anchieta e pelos bandeirantes de Domingos Jorge Velho, lavrados com o suor e o sacrifício dos imigrantes e dos brasileiros, agora ocupados por magníficos prédios industriais — dão à Pátria o fruto do dedicado esforço comunitário, consubstanciado nos produtos que constituem o alicerce do seu desenvolvimento e sua contribuição ao esforço nacional de independência econômica. Da mesma forma esses mesmos solos já abrigaram o nascimento de figuras ilustres e de inegável expressão na vida pública e cultural do País.

Esse, portanto, o binômio que torna as duas cidades irmãs não só pela proximidade geográfica ou pelas características econômicas, mas — e sobretudo — pelo muito de brasiliade que representam. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Tem a palavra o nobre Deputado Airton Sandoval.

**O SR. AIRTON SANDOVAL (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O jornal **O Diário de Franca**, em sua edição do dia 13 do corrente, sob o título "A Voz do Brasil", publicou o seguinte:

"Não constituem maioria os ouvintes de rádio que se interessam pelo programa "A Voz do Brasil", irradiado de segunda à sexta-feira, em cadeia com a Agência Nacional, por todas as emissoras do País. O programa, atualmente muito bem feito, bem redigido, apresenta interessante distribuição dos noticiários sobre a vida diária do País, uma síntese dos atos oficiais do Governo federal e os principais assuntos debatidos e analisados pelo Congresso. E dedicado ainda um tempo para informações úteis, generalizadas, realçando inclusive fatos mais importantes mesmo fora do campo político, administrativo e econômico, caso, por exemplo, das atividades esportivas de maior repercussão."

"É interessante ouvir "A Voz do Brasil". Interessante e instrutivo. Recomendável a todos aqueles que desejam man-

ter-se informados a respeito da vida político-administrativa do País e a respeito das principais decisões governamentais. Instrui também, quando mostra a atividade dos Ministérios, a participação dos parlamentares, a discussão e a justificativa dos atos executivos."

"No entanto, um programa, feito com tanto esmero e seriedade, tem uma audiência relativamente pequena, diminuta. Talvez parte da culpa caiba aos próprios responsáveis pela Agência Nacional, que jamais se importaram em mostrar ao grande público a importância d' "A Voz do Brasil". Com todos os recursos na mão, ainda não cuidaram de melhorar a sua audiência, mediante a execução de um plano promocional, ou melhor dizendo, de conscientização dos ouvintes. Assim, não são muitos os que podem avaliar a importância do referido noticiário, de cunho oficial."

"Mas há outro fator que influí poderosamente no baixo nível de audiência do programa: o horário e a maneira de se constituir a cadeia radiofônica. É difícil uma emissora que apresente o programa com a necessária nitidez. O som costuma chegar fraco, oscilante, muitas vezes distorcido, imperceptível até. E é preciso, em tais circunstâncias, muito boa vontade para se ouvir a "A Voz do Brasil" até o final, se a qualidade técnica da transmissão é assim deficiente, jogada ao ar como se fosse um programa oficialmente obrigatório e inevitavelmente desinteressante."

"Assim como foi procedida uma reformulação na elaboração e apresentação do programa, é imperioso que se adotem também providências para ampliar a faixa de audiência da "A Voz do Brasil", e dentre essas providências poderiam ser lembradas a divisão de horário (30 minutos durante o dia, 30 à noite), uma nova sistemática para a formação da cadeia radiofônica e, ao mesmo tempo, uma inteligente campanha promocional, para conscientizar o público radiouvinte sobre a estrutura e alcance do programa, que merecia, também, um horário de pelo menos 10 minutos nas emissoras de televisão."

"Embora distante de Brasília, é possível que essas observações cheguem ao conhecimento dos responsáveis, e — quem sabe — até possam eles examinar as sugestões apresentadas." É possível, pois acreditamos que o próprio Governo tenha interesse em que "A voz do Brasil" não seja mais aquele horário em que a maioria dos ouvintes, sem melhor conhecimento do programa e com um natural desdenho, desliga o rádio. Desliga porque chegou a "A Voz do Brasil".

Oportuníssima, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a manifestação daquele jornal francano, pois são verdadeiras as afirmações de que o som das emissoras, notadamente nas cidades mais distantes da estação geradora, é de péssima qualidade, pois na formação da cadeia sintonizam outras emissoras, muitas vezes distantes, já com o som oscilante e bastante distorcido, o que determina também uma transmissão horrível, praticamente inaudível, o que em verdade vem determinar um desinteresse pelo programa.

Oportuníssimo, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pois no momento em que desenvolvemos todos os nossos esforços, nós, os integrantes do Legislativo, e também os do Executivo, em mostrar a todo o País a luta cotidiana e incansável na procura do ideal almejado por todos os brasileiros, nada mais justo que esse esforço, esse trabalho denodado seja levado ao conhecimento de todos que, diga-se de passagem, se mostram cada dia mais interessados, por conhecer nossa atuação.

A propósito de tais sugestões, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero esclarecer àquele conceituado jornal interiorano, em nome desta Casa, que nós ouvimos os seus reclamos, aliás oportuníssimos e de grande valia para nós, e, atendendo às suas aspirações, que são também as nossas, estamos elaborando proposição a respeito, a qual

pretendo apresentar à apreciação da Câmara dos Deputados dentro de breves dias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Tem a palavra o nobre Deputado José Sally.

**O SR. JOSÉ SALLY (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em legislaturas passadas tratei, desta tribuna, da necessidade imperiosa de o Estado do Rio de Janeiro ser dotado de uma rede de estradas rodoviárias capaz de intercomunicar os municípios e distritos de maior significação econômica, a fim de que a circulação da riqueza se processasse com maior intensidade. Dava ênfase, principalmente, ao problema das rodovias vicinais e de tantas outras substitutas de ramais ferroviários extintos pela Rede Ferroviária Federal S.A.

Contudo, Sr. Presidente, a despeito dos nossos esforços, o Estado do Rio de Janeiro, ainda hoje, apresenta graves deficiências no seu sistema rodoviário, provocando sérios prejuízos ao escoamento da produção agrícola, com reflexos negativos na economia estadual e, particularmente, para o produtor rural.

O asfaltamento das rodovias vicinais, que interligam os diversos municípios e distritos, deve ser meta prioritária do atual Governo estadual, para acabar, de vez, com as dificuldades existentes para a circulação de mercadorias, no Estado. A precariedade de conservação dessas estradas tem sido a responsável direta pelo desestímulo do produtor, não obstante a fertilidade das diversas glebas, responsáveis pelo abastecimento dos grandes centros urbanos.

Também, as vias rodoviárias substitutas dos ramais ferroviários extintos, tidos como antieconômicos, devem merecer uma atenção muito especial, pois inúmeros municípios, com a retirada da ferrovia, estão sem condições de intercomunicação satisfatória, dificultando sensivelmente o tráfego dos seus usuários. E cito, como exemplo gritante, a RJ-84, que liga Cantagalo a Portela, no Município de Itaocara, interrompida, há cerca de oito anos, no progressista distrito de Euclidelância. E insisto, especialmente, a focalizar esse trecho, por se tratar de uma região com jazidas de calcário, além de ser, também, leiteira, com uma produção agrícola polifórmica, cujos produtores estão sendo prejudicados pela complementação do asfalto injustificavelmente interrompido. Ademais, essa rodovia, devidamente recuperada, vai interligar o Sistema Norte Rodoviário ao Centro e Sul do Estado.

O Governador Faria Lima, em recente entrevista concedida aos órgãos de imprensa, abordou temas importantes do novo Estado, tais como saúde, educação, saneamento, turismo, finanças, funcionalismo, transportes e tantos outros de grande relevância, demonstrando pelos dados oferecidos ser um profundo conhecedor dos problemas da nova Unidade federativa e dos anseios e das reivindicações de sua população.

Por tudo isso, Sr. Presidente, animo-me a voltar a tratar novamente do assunto, na certeza de que S. Ex<sup>e</sup>, sensível aos inúmeros problemas da sua administração, não deverá dar a este, tratamento secundário, já que é de grande importância para o progresso e o desenvolvimento econômico do novo Estado.

Estou certo de que o apelo que ora faço ao eminente Governador Faria Lima encontrará a necessária atenção, determinando S. Ex<sup>e</sup>, com urgência, o início dessas obras rodoviárias, por mim antes e agora reclamadas desta tribuna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O assunto referente à exploração de minérios da Serra dos Carajás e de um porto para sua exportação é, evidentemente, de in-

teresse nacional. É preciso que as autoridades olhem para aquela região como se nós, na realidade, fizessemos parte do Território Nacional.

Esse assunto da exploração dos minérios de Carajás e do porto para sua exportação tem sido boicotado nas suas discussões. Mesmo a grande imprensa não lhe tem dado a importância necessária. Às vezes, reuniões, como a programada pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, depois de marcada, com dia certo e programa feito, têm que ser desfeitas porque forças maiores se alevantam, a fim de que a questão não seja debatida.

Na verdade, o que se verifica é que matéria de tanta importância, que nesta época de desenvolvimento do País deveria ser fundamental à nossa economia e às nossas finanças, infelizmente está sendo resolvida dentro dos bastidores, e não podemos examinar uma planificação que poderá trazer frutos positivos não só à Região Amazônica, mas a todo o País.

Agora mesmo, notícia publicada no **O Estado de São Paulo**, no mês de março, informa que "o elevado custo da energia de Tucurí poderá inviabilizar a industrialização da bauxita no Pará", que se está procurando instalar na Vila de Conde, no Município de Barcarena.

Tudo isso é consequência da falta de planejamento, da falta de discussão, partindo, principalmente, da base fundamental: a exploração dos minérios da Serra dos Carajás.

Sr. Presidente, pedimos a V. Ex<sup>e</sup> permissão para ler artigo publicado na revista **Portos e Navios**, em que, de maneira crua e objetiva, faz um exame do posicionamento deste problema dos minérios da Serra dos Carajás.

O artigo está vazado nos seguintes termos:

"Portos e Navios

Carajás — Bloqueio de discussões e Segurança Nacional

Notícia publicada em "O Estado de São Paulo" de 23/3, que nos chega acompanhada de comentários (V. "Cartas e Opiniões") informa que o elevado custo da energia de Tucurí poderá inviabilizar a industrialização da bauxita no Pará.

Esboça-se assim a primeira consequência concreta e grave, com imensas repercussões negativas para o País, do grande erro de Carajás e da falta de integração de projetos na Amazônia. É o que esta revista vinha prevendo e advertindo desde maio de 1973. É o que foi enfaticamente alertado no recente Simpósio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Precisamos ter em conta que mesmo não inviabilizando a industrialização da bauxita, a energia cara na Amazônia, resultante da baixa economicidade de projetos isolados, teria efeitos de um verdadeiro desastre econômico. Comparáveis aos de uma grave lesão ou invalidez permanente de órgãos vitais da economia, prejudicando o desenvolvimento e debilitando, em consequência, a própria segurança nacional.

A única maneira de se evitar tais desastres é a ampla discussão dos problemas e das suas soluções. O Presidente Geisel está perfeitamente cônscio dessa necessidade, tantas têm sido as suas patrióticas manifestações nesse sentido.

Lamentavelmente, entretanto, alguns órgãos e empresas do Governo, à revelia e sem o conhecimento do Presidente da República, bloqueiam as informações e as discussões desses assuntos da maior importância, pondo em risco os mais altos interesses deste País.

É precisamente o que tem acontecido na questão de Carajás, em que até o Instituto de Engenharia de São Paulo foi obrigado a desmarcar um ciclo de debates, boicotado pelos órgãos e empresas ligados ao problema. Fato que deve ter tido o sabor de mordaça para essa egrégia instituição da Engenharia brasileira, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao País.

Esse bloqueio se estendeu também à maior parte da chamada grande imprensa, muito sensível a interesses de toda ordem, privando a opinião pública de esclarecimentos essenciais.

O silêncio e a política de fatos consumados, têm sido as respostas aos que, com argumentos e apelos ao bom senso, propugnam por uma decisão de Governo sob visão global dos interesses nacionais.

Seriam irresponsáveis as argumentações ou estariam, em uma terra de cegos ou de surdos? A quem responsabilizar pelos eventuais desastres?

Consciente ou inconscientemente os órgãos e empresas estatais que participam desse bloqueio fazem o jogo das multinacionais indesejáveis. Não daquelas que aqui vêm colaborar com o nosso desenvolvimento e são bem-vindas. Mas o jogo das que nos exploram e nos querem apenas como exportadores de matérias-primas."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 29, de 1975-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo sobre as partes reformuladas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 1975 a 1979, esta Presidência convoca sessão do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, às dezenove horas, destinada à discussão e votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte:

Em, 16 de abril de 1975

Senhor Presidente

Nos termos do § 1º do Art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senador Fausto Castelo-Branco, pelo nobre Senhor Senador José Lindoso na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4 e 5, de 1975-CN.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Petrólio Portella, Líder da ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Será feita a substituição solicitada.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1975-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 22, de 1975-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 1.380, de 23 de dezembro de 1974, que altera a tributação dos rendimentos de pessoa física, e dá outras providências.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram ficar sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1975-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 23, de 1975-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.386, de 31 de dezembro de 1974, que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram ficar sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** —

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1975-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 24, de 1975-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.387, de 7 de janeiro de 1975, que altera a alínea j do item II, do artigo 13, da Lei nº 4.452, de 5 de novembro de 1964, que altera a legislação do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram ficar sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado, a matéria vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.)

## ATA DA 38<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE ABRIL DE 1975

### 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 8<sup>a</sup> Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Sr. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicílio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quercia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otaír Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

#### É OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

##### Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

##### Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

##### Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

##### Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

##### Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcião — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Humberto Bezerra — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

##### Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

##### Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

##### Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

##### Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

##### Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

##### Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulpho Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

##### Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argílio Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

##### Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinás — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hy-

dekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Mauricio — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fabio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvão Abreu Júnior — MDB; Sival Boaventura — ARENA; Tarcísio Delgado — MDB.

#### São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guacu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturalli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

#### Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nusser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

#### Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

#### Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kissuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

#### Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

#### Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amáro — ARENA.

#### Amapá

Antônio Pontes — MDB.

#### Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

#### Roraima

Hélio Campos — ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 354 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

**O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.)** —

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna para abordar assunto da mais alta importância para o Governo do novo Estado do Rio, que não pode ignorar os problemas do funcionalismo fluminense que durante mais de quatro anos teve estagnados os seus parcos vencimentos, mantidos em permanente expectativa diante das reiteradas promessas do ex-Governador, só lembradas ao final de sua calamitosa administração quando procurou fazer justiça a algumas categorias funcionais, com reajustamentos compatíveis com o tempo de serviço e a importância da carreira beneficiada e o elevado custo de vida.

Ressalte-se que durante a última administração imposta à Velha Província o poder aquisitivo do barnabé fluminense diminuiu

assustadoramente, obrigando a grande maioria de servidores da faixa de vencimentos inferiores a Cr\$ 800,00 a recorrer a outras atividades laborativas ou a contrair dívidas para sua sobrevivência e a de sua família.

As medidas adotadas pelo atual Governador Floriano Peixoto Faria Lima, através de decretos revogatórios das leis que beneficiaram o funcionalismo fluminense, são analisadas em patético apelo dos servidores prejudicados.

Assim, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, passo a ler o substancial trabalho elaborado pelo brilhante advogado Pualino José Soares de Souza, dos mais respeitáveis Procuradores do Tribunal de Contas fluminense, que por certo conduzirá a uma melhor conscientização das autoridades responsáveis sobre a problemática do funcionalismo do velho Estado do Rio, às quais nesta oportunidade renovo minha irrestrita solidariedade e apreço.

#### Aspecto Social

1.0 — Com publicações em 21-3-75 do Decreto nº 30, que faz cessar os efeitos de várias leis, concessionárias de aumento de vencimento e asseguradoras, em caráter permanente, de vantagens percebidas a título de gratificações várias, a situação financeira dos servidores do antigo Estado do Rio de Janeiro sofreu redução de ordem variável em um mínimo de 70% e em máximo de 90%, sobre seus ganhos.

1.1 — Calcula-se que o número de atingidos, em um cômputo global, seja o seguinte:

1.1.1 — Via queda do Tempo Integral (RETIDE):	
Secretaria de Administração .....	1.000
Secretaria de Finanças .....	1.500
Secretaria do Interior e Justiça .....	150
Tribunal de Contas .....	350
1.1.2 — Via leis de aumento:	
Em atividade .....	3.600
Inativos .....	2.500

2.0 — Como foi dito, o Decreto nº 30, produz efeitos a partir da data de sua publicação, isto é, 21-3-75;

2.1 — Ocorre ainda que os cheques do pagamento relativo ao mês de março já estavam prontos, quando da publicação do Decreto nº 30;

2.1.1 — Assim o funcionalismo perceberá neste mês de abril (vencimento de março) quantia a mais, relativa aos 10 dias que mediam entre 21/3 a 31/3;

2.1.2 — Quantia a mais esta, que por determinação superior, terá de devolver em bloco, de uma só vez, por ocasião do próximo pagamento.

2.2 — Como consequência imediata, já há previsão da existência de mais de 2.000 cheques em branco;

2.2.1 — Isto é, dois mil funcionários não chegarão a receber o suficiente para sequer saldar compromissos descontáveis em folha, tais como I.P.S., Caixa Econômica, CAPEMI, IBOEX;

2.2.2 — Prevê-se ainda que cerca de 3 a 4.000 cheques apresentarão saldos irrisórios, na faixa entre Cr\$ 30,00 a Cr\$ 100,00.

3.0 — Os funcionários do antigo Estado do Rio de Janeiro sabem deste fato;

3.1 — Sabem também que todas essas medidas de caráter drástico tomadas pelo novo Governo, foram discriminativamente tomadas apenas contra eles; só não sabem porque;

3.1.1 — Sabem também, que em decorrência dessas medidas, cerca de 9.000 famílias (cálculo por baixo), sem mais

aquela, serão reduzidas — pelo menos no decorso do próximo mês de maio — à um verdadeiro **estado de indigência**.

3.2 — E os atingidos, não podem deixar de ver em tais medidas, senão uma **intenção de punir**;

3.2.1 — Mas punir o que?

3.2.2 — Tem por acaso culpa, o funcionário com 18, 20 ou mais anos de serviço público, de eventuais desmandos de governos anteriores? Por certo que não; se a intenção foi punir, o alvo atingido não foi o verdadeiro.

#### Aspecto Jurídico

1.0 — Poder-se-ia argumentar, que as Leis Estaduais (RJ) nºs. 7.503, 7.500, **7.492**, 7.493, 7.494, 7.495, 7.496, 7.497, 7.498, 7.499, 7.528, 7.561, 7.572, 7.573, 7.606, por terem sido editadas em datas posteriores a 01/07/74, estariam ao arrepio das normas da Lei Complementar nº 20 (Lei da Fusão), por contrárias ao disposto no "caput" do seu § 5º, do art. 2º:

1.1 — Mas é um argumento falso. As leis se entendem pelo que nelas se contém, pelo seu significado, pela semântica de suas orações. Apenas quando, há dúvida, há obscuridades, é que o aplicador deve recorrer a regras de hermenêutica;

1.2 — Não é esse o caso. Se a lei diz, — como se lê no citado § 5º — que é "vedado aos Estados que lhé deram origem, admitir pessoal ou alterar as disposições legais que o regem ...", a intenção é clara e patente, dispensando, por inútil, qualquer exegese;

1.3 — "admitir pessoal", é trazer novos elementos ao quadro funcional por qualquer forma; isto é, qualquer ato de provimento de cargo, mesmo em decorrência de concurso, estaria no caso, inquinado de ilegal;

1.4 — Da mesma forma, se a lei nova visasse "alterar disposições legais que o regem".

1.4.1 — Mas quais disposições são essas? Disposição legal que rege o funcionário ou, disposição legal que rege qualquer outra classe ou profissão, só pode ser, evidentemente, seus estatutos. E esse, em momento algum foi modificado.

1.5 — Com exceção da Lei nº 7.492, que criou um quadro próprio de funcionários afetados ao Gabinete Civil do Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, todas as outras, visaram apenas a aumentar vencimentos ou a incorporar vantagens, como as da produtividade e RETIDE.

2.0 — Vejamos agora qual o processo, o encadeamento legal, que determinou o corte salarial supracitado:

2.1 — O Decreto-Lei nº 36, de 15-3-75 em seu art. 1º, **repetindo a disposição contida no § 5º do art. 2º da Lei da Fusão**, declara "sem efeito as leis e atos consequentes que, no antigo Estado do Rio de Janeiro, hajam resultado na admissão de pessoal ou alterado as disposições que o regem e que tenham entrado em vigor após o dia 1º de julho de 1974";

2.1.1 — e a seguir, o Decreto nº 30, de 21/3/75, para regularmentar o Decreto-lei nº 36, determina providências para fazer cessar os efeitos dos atos decorrentes de leis do antigo Estado do Rio.

2.2 — É texto que está a merecer exame bem mais profundo, do que este; mas, de qualquer forma, está clamante o fato que o Decreto nº 30, exorbitou no que toca ao alcance da disposição da Lei Complementar nº 20, e do **PRÓPRIO DEC-LEI N° 36 e**;

2.3 — isto porque, nem a Lei nº 20, nem o Decreto-lei nº 36, como acima se demonstrou, inquinavam de ilegalidade as leis que não admitissem ou alterassem disposições que regem pessoal;

2.4 — E que leis são essas, tão mal tratadas por um simples decreto?

2.4.1. — São leis de admissão de pessoal? Não, com exceção da 7.492 já mencionada. São leis que modificam "disposições que o regem"? Também não, como já demonstrei. Tratam-se, como também já disse, de leis que concederam ou incorporaram vantagens;

2.4.2 — Portanto, o Decreto nº 30, o que fez na realidade, foi interpretar além do permitido pela Lei Complementar nº 20, e além do alcance do próprio Decreto-lei nº 36;

2.4.3 — E interpretou para quê? Para diminuir vencimentos, para atingir de forma aparentemente punitiva, e definitivamente discriminatória o funcionário do antigo Estado do Rio de Janeiro, como se a esses, que modestamente sempre cumpriram seus deveres, pudessem ser imputados males que têm outras origens, certas e por demais conhecidas.

2.5 — E tal interpretação, abusiva, como se demonstrou, não o é, apenas sob o aspecto exegético-jurídico, mas também o seria, me parece, quanto ao alcance da intenção e do cuidado do Poder Executivo, que várias vezes se pronunciou no sentido de que a fusão dos Estados não prejudicaria a ninguém.

#### Considerações Finais

1.0 — Por outro lado, por uma questão de simples justiça, é preciso que se diga que tais leis de aumento, não são "trens-de-alegria", abusivos e descabidos;

1.1 — Quase todas, com a exceção de praxe já mencionada, são frutos de reivindicações antigas, são frutos de estudos, para uma reavaliação salarial justa, estudos esses que por vezes dormiram esquecidos em gavetas governamentais, por mais de três anos, para de repente serem lançadas a dia, numa corrida frenética, numa lembrança tardia, e para afinal transformarem-se por força das consequências, em autêntico presente de gregos para seus destinatários;

1.2 — Outras dessas leis incorporaram parcelas relativas a Tempo Integral e Gratificação de Produtividade, cujos beneficiários, já as vinham percebendo desde 1967 (Dep. Estradas de Rodagem, Decreto nº 12.975, de 8-8-67), 1971 (Segurança Pública, Decreto nº 15.491, de 21-12-71), 1973 (Tribunal de Justiça, Lei nº 7.256, de 2-10-73) e Janeiro de 1974 (Tribunal de Contas, Decreto nº 16.316, de 22-1-74);

1.2.1 — No que aliás não inovou, haja vista que o § 3º do art. 3º do Decreto-Lei Federal, nº 1.341, de 22 de agosto de 1974 (Plano de Classificação de Cargos), ao considerar como retribuição, para os efeitos nela previstos "a soma do vencimento com as seguintes vantagens conforme o caso:

a) Gratificação pelo exercício em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva";

b).....mais não fez que uma incorporação das parcelas;

2.0 — Por estas razões, por não haver dolo, por não haver má-fé, por não existir o tão propalado "caos-administrativo", é que os funcionários do antigo Estado do Rio ousam esperar um tratamento melhor e mais humano, do que têm recebido até agora, por ser, como espero ter demonstrado, da mais comezinha **Justiça.**"

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Deputado Gioia Júnior.

**O SR. GIOIA JÚNIOR (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vivemos, no mundo contemporâneo, uma idade essencialmente materialista. Lamentavelmente, o homem é cada vez mais o lobo do próprio homem, pois os autênticos valores intrínsecos e espirituais inerentes à natureza humana são reprimidos, abandonados ou simplesmente ignorados.

Em verdade, nesta época, mesmo as pessoas que possuem religiosidade, devido à azáfama e ao tumulto em que vivem, tendem

a perder os momentos em que, em silêncio, deveriam ouvir a voz de Deus.

Em virtude dessa situação verdadeiramente dramática para todo o gênero humano, as vocações religiosas são cada vez mais escassas, pois são reprimidas tanto na sociedade de consumo como nos países socialistas.

Assim, adquirem notável importância as personalidades que se consagram à divulgação do Evangelho e à mensagem de amor e de perdão consubstanciada no cristianismo.

Efetivamente, é com felicidade que constatamos que ainda existem pessoas predestinadas a uma missão de paz e de amor, que dedicam todas as suas potencialidades à propagação de doutrinas que têm por escopo a espiritualização do homem e seu reencontro com Deus.

Uma dessas pessoas admiráveis, inquestionavelmente, é o Pastor Rubens Lopes, da Igreja de Vila Mariana, em São Paulo.

Esse extraordinário missionário de luz e de paz, tanto no púlpito, como na Rádio e na Televisão Gazeta e no jornal "Notícias Populares", na capital paulista, tem realizado uma obra monumental de evangelização, levando a milhares de pessoas a mensagem do cristianismo.

Realmente, Rubens Lopes, homem culto, professor e advogado, é, acima de tudo, um pastor, eis que seu objetivo fundamental, em termos existenciais, é a divulgação do Evangelho e a reafirmação dos princípios de amor ao próximo, de fraternidade e de perdão.

Nessa conformidade, desejamos, desta tribuna, congratular-nos com o Pastor Rubens Lopes, da Igreja de Vila Mariana, em São Paulo, por ser, ontologicamente, "o semeador que sabe semear a boa semente", propagando a uma coletividade sofrida e carente de valores espirituais a mensagem de otimismo, de amor e de sabedoria que nos foi legada por Cristo.

É o que tínhamos a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Deputado João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Lins comemora, no próximo dia 21, seu 55º aniversário de emancipação político-administrativa. Colocada em 8º lugar entre as cidades que mais se desenvolveram dentre os principais Municípios do País, conforme notícia "Dirigente Industrial", volume 5 — nº 6 de novembro/dezembro de 1974, Lins ocupa posição de destaque no cenário nacional.

De cidade que mais produziu café em todo o mundo, Lins é hoje a segunda bacia leiteira do Estado de São Paulo, com 26.000.000 de litros anuais, no valor de Cr\$ 32.000.000,00. Foi uma transformação sensível, provocada pela baixa do preço do café, que obrigou os agricultores a trocarem os cafezais por pastos, reduzindo de 20.000.000 para 4.000.000 o número de cafeeiros.

Na área agrícola de 58.426 hectares, hoje 26.000 são pastagens e 15.000 são destinados à cultura. O gado se distribui em 20.000 cabeças de gado leiteiro e 28.000 cabeças para corte, no valor de Cr\$ 40.000.000,00. As propriedades agrícolas são 309.

Estes números bem demonstram uma necessidade de maior financiamento para os negócios realizados, financiamentos que em 1974 montaram em Cr\$ 200.000.000,00, sendo que deste total o Banco do Brasil financiou 125 milhões, o Banco do Estado de São Paulo 31, ficando o restante com os demais estabelecimentos de crédito.

Cento e quarenta e dois mil cheques, em média mensal, são compensados pelos 11 bancos da cidade, num valor médio de 164 milhões de cruzeiros.

Lins de hoje possui uma receita municipal da ordem de Cr\$ 13.760.000,00, dois milhões a mais do que em 1974, quando foram arrecadados Cr\$ 11.170.000,00, sendo que Cr\$ 11.000.000,00, foram aplicados na administração pública.

Nestes últimos anos, entretanto, foi no setor educação que Lins, graças à iniciativa privada, deu seu passo mais largo. Nada menos do

que sete faculdades abrigam 4.165 estudantes, assim distribuídos: Escola de Engenharia de Lins, 1.100 alunos; Faculdade Auxilium, 1.400; Faculdade de Odontologia do IAL, 783; Faculdade de Educação Física, dos Padres Salesianos, 200; Faculdade de Serviço Social de Lins, 156; Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis, 358, e Centro de Educação Técnica do IAL 110 alunos. Estes mais de 4.000 alunos de nível superior, somados aos 15.000 estudantes de outros níveis, fizeram com que Lins recebesse o slogan de "Cidade das Escolas". De seus 56.000 habitantes, quase 20.000 são estudantes e não há criança na faixa etária própria sem um lugar em escola.

Como professor que sou e como linense que sou, é com orgulho e satisfação que cito estes números. Mas, muito mais coisas há para se falar sobre Lins. Ocupando uma área de 9 quilômetros quadrados, dos 553 ada área do Município, a cidade tem 54.812 metros de ruas asfaltadas, aeroporto com duas pistas com balizamento e aparelhado para poucos noturnos, 8.704 ligações de água, 8.134 de esgoto e 8.804 ligações elétricas. Mil e cem leitos hospitalares atendem satisfatoriamente às necessidades da região e da cidade que tem 15.000 segurados pelo INPS e 5.000 pelas empresas locais.

Sede de Bispado, Lins vive em ritmo de cidade grande. Dois jornais, duas emissoras de rádio, 4 bibliotecas, 28 associações culturais e esportivas, cinemas, mas de 800 estabelecimentos comerciais e cerca de 6.000 veículos dão à Lins de hoje um aspecto bem diferente daquela Lins onde vivi minha infância e para onde volto sempre, tendo ali aprendido a admirar os homens da terra e a respeitar os homens que trabalham.

Com orgulho, repito, e desejando que minha terra continue neste ritmo de crescimento vertiginoso, num clima de paz e de tranquilidade, deixo aqui registrado meus cumprimentos a todos aqueles que colaboraram para que a "Cidade das Escolas" atingisse esta posição de destaque.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

**O SR. ALCIDES FRANCISCATO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, nobres Congressistas, há 183 anos, precisamente no dia 21 de abril de 1972, no Rio de Janeiro, era executado com requintes de crueldade o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado o Tiradentes.

Relatar os fatos anteriores ao suplício do protomártir seria repetição pura e simples do que consta nos compêndios escolares. Pode-se afirmar, alto e a bom som, que Tiradentes se antecipou muitos anos ao "Grito do Ipiranga" e um século ao século ao gesto de Deodoro, sem que isso entre em conflito com os livros didáticos.

A verdade, nobres e ilustres colegas, é que o conjurado de Vila Rica lutou pela Liberdade — *Libertas quae sera tamen* — meses antes que os franceses sacudissem os grilhões da opressão monárquica. Consequentemente, ele e seus companheiros não foram influenciados pela Grande Revolução Francesa. Os inconfidentes mineiros estavam com o pensamento voltado para as colônias norte-americanas, de onde tinham sido escorraçados os opressores britânicos.

Tiradentes percebia que à Metrópole só interessava o ouro que a gente mineira arrancava das minas. Perdido o comércio asiático, à Coroa de Portugal só restava o recurso de pressionar a mineração de ouro como um meio de sustentar o fausto antigo. Daí a insistência dos reis no incentivar a faiçação.

E, da cobrança dos atrasados não se livravam nem mesmo os que não participavam da procura do metal cobiçado. Quase setenta anos antes, essa Vila Rica famosa tinha assistido à pregação libertadora de Filipe dos Santos, revoltado contra a pressão portuguesa, fato que lhe custou ser enforcado por ordem do Governador, Conde de Assumar.

Tiradentes, além de maçom era republicano. Foi nas Lojas Maçônicas de Espanha e Portugal que patriotas destemidos lutavam pela independência das colônias latino-americanas, como o argenti-

no José de San Martin, o chileno Bernardo O' Higgins e o brasileiro Hipólito da Costa, o fundador do jornal *Correio Brasiliense*.

Fracassada a conjura, pela traição de Joaquim Silvério dos Reis, o corrupto lusitano que se tinha insinuado no meio dos conspiradores, para apunhá-los pelas costas como reles delator que era, Tiradentes chamou a si a inteira responsabilidade pela ação "subversiva". Por isso, só ele teria que pagar com a vida seu heróico gesto de rebeldia.

Pela atitude altiva demonstrada em todas as fases do processo iníquo, Tiradentes não podia ter a pena comutada. Era preciso que morresse, para que ninguém mais ousasse sequer em pensamento impedir a espoliação de nossas riquezas minerais por solertes representantes da Metrópole.

E, assim, naquele triste 21 de abril, uma população apática, praticamente indiferente, assistiu ao suplício do protomártir, executado por ordem de um poder distante encarnado na pessoa de uma rainha que se autodenominava de sentimentos religiosos, e delegada da vontade divina.

O Mestre de Jerusalém teve um Judas Iscariotes para atraçá-lo, tornando-se a figura máxima da humanidade cristã e resistindo sua memória à passagem dos milênios. Tiradentes, por sua vez, teve um Joaquim Silvério dos Reis para delatá-lo e foi essa traição que o levou ao cadasfalo e à glória imortal. Jesus foi insultado e apedrejado pelos mesmos que, dias antes, o seguiam como novo Messias. Tiradentes morreu na força diante de criaturas que não comprendiam a grandeza de seu sacrifício.

Nobres colegas, nesta data histórica, elevemos nossas preces ao Altíssimo por nos ter dado a graça de termos em nosso passado a figura sublime de Tiradentes.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin. (Pausa.)

S. Ex<sup>o</sup> não está presente.

Com a palavra o nobre Deputado Alcir Pimenta.

**O SR. ALCIR PIMENTA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara dos Deputados apreciará brevemente, talvez na próxima semana, o Projeto de Lei nº 1.469/73, de minha autoria, que torna obrigatória a venda avulsa de peças e acessórios destinados à reposição em veículos automotores.

Depois de uma tramitação rápida e auspíciosa pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela Comissão de Transportes e pela Comissão de Serviço Público, a matéria está prestes a vir a plenário. Examinada quanto à sua constitucionalidade e quanto ao mérito, unânimes foram os pareceres em reconhecer-lhe validade, razão pela qual, neste momento, quero fazer um apelo à Casa no sentido de que possibilite aos usuários dos veículos automotores fabricados no Brasil a oportunidade há muito esperada de se verem desobrigados daquela situação inexplicável em que, muitas vezes, se encontram, quando, necessitando de uma peça, ou de um acessório, para o seu veículo, só encontram como componentes de um conjunto, que, não raro, custa 5 ou 6 vezes mais do que a peça isolada.

É ainda de assinalar-se, Sr. Presidente, que a oportunidade da medida não beneficia apenas, e tão-somente, aos motoristas profissionais, mas, em verdade, estes são os que mais resultados auferirão com a sua conversão em lei, já que tendo o automóvel como ferramenta não podem, na verdade, dispor de quantas vultosas para tê-los reparados à falta de qualquer medida. O próprio Poder Público, analisando a proposição, teve ensejo de manifestar-se favoravelmente a ela, aduzindo, ainda, outros pontos que, indubitavelmente, não só a enriqueceram, sendo também testemunharam, à saciedade, o quanto é desejável a sua conversão em lei. Ainda mais, Sr. Presidente, no momento em que a indústria brasileira luta com problemas de matéria-prima, no momento em que a indústria de autopeças deixa, muita vez, em falta os seus clientes, não se pode compreender que os usuários dos veículos automotores fabricados no Brasil sejam impingidos

a comprar peças de que não necessitam, em detrimento daqueles que delas precisam com mais brevidade e urgência.

Por este motivo, Sr. Presidente, quero encarecer a necessidade da transformação em lei do projeto a que me refiro, certo, como estou, de que a Câmara Baixa do Congresso, mais uma vez, não faltará ao povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Cardoso de Almeida

**O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero deixar registrada nos Anais desta Casa a homenagem que presto a um grande líder empresarial de São Paulo, que acaba de receber a Ordem Nacional da "Legião de Honra" da França. O Embaixador da França no Brasil entregou esta comenda, no Grau de Oficial, no dia 9 de abril de 1975, ao Sr. Paulo Reis de Magalhães.

Passo a ler os discursos do Sr. Embaixador da França e do Sr. Paulo Reis de Magalhães, assim como os dados biográficos do ilustre homenageado:

#### DISCURSO DO EMBAIXADOR PAUL FOUCHE:

"Senhor Presidente,

É para mim uma honra e um grande prazer, ter a possibilidade de saudar uma eminente personalidade tão próxima de meu país, um brasileiro estreitamente ligado à cultura e à economia francesa.

Por tradição de família, assim como por predileção pessoal, alimentada desde a infância e depois confirmada pelos anos de estudo, e pelas viagens de negócios, o Senhor Reis de Magalhães tornou-se um hóspede especial da França.

Não podemos esquecer a generosidade, com a qual durante a guerra, o Senhor procurou ajudar meu país, pela coleta e a remessa de fundos e de viveres, nem tampouco o entusiasmo com que o Sr. se felicitou pelo retorno da França à sua situação anterior.

O Senhor não é apenas um grande amigo da França mas um brasileiro superior, um administrador de alta classe. Seu valor e prestígio o levaram à frente de um número considerável de sociedades, essenciais à vida econômica do Brasil. Cada uma delas beneficiada pelo seu apoio, competência e devotamento. O peso de sua ação se faz igualmente sentir em proveito das obras de beneficência.

No quadro de suas ocupações jamais o Senhor deixou de se dedicar ao intercâmbio dos nossos dois países, sempre amigos.

Sentiu-se a sua dedicada intervenção em favor do incremento dos investimentos franceses no Brasil. O seu nome está intimamente ligado a uma das mais belas e grandiosas realizações da França no Brasil: refiro-me à Rhodia, que o Senhor preside há 10 anos e em cujo período tanto favoreceu.

O Senhor exerce ou recentemente exerceu funções em outras atividades francesas de São Paulo, como na Câmara de Comércio, Aliança Francesa, Liceu Pasteur e Banco Francês e Brasileiro.

Meu governo não poderia ficar insensível a tal testemunho de adesão à França, nem a tantas provas de eficácia no serviço das relações entre os dois países. É mister que rendamos homenagem à sua atuação, com esta alta distinção, que me orgulho de lhe transmitir esta noite, na presença de todo São Paulo, aqui reunido."

#### DISCURSO DO SR. PAULO REIS DE MAGALHÃES:

Sr. Embaixador:

Sr. Ministro Cônsul-Geral:

Senhoras e Senhores:

Eu agradeço muito as generosas e amáveis palavras com que o Sr. Embaixador se refere à minha pessoa, neste

momento em que me concede a maior distinção que seu governo pode outorgar, a inscrição de meu nome na Ordem da Legião de Honra.

Digo que suas expressões são generosas porque elas excedem muito de meus méritos, mas num ponto elas traduzem bem efetivamente meus sentimentos, quando V. Ex<sup>e</sup> menciona meu antigo, fiel e dedicado amor à França, à sombra de cuja cultura e de cujas tradições fui criado e me formei.

Efetivamente, minha ligação cultural com a França tem raízes de família que remonta a algumas gerações. Desde minha mais tenra infância procurei e encontrei nos autores franceses os ensinamentos que nortearam minha vida estudantil e na qual formei minha vida profissional: na leitura romântica, nos livros didáticos, nas obras dos grandes mestres como Montesquieu, Rousseau e tantos outros que acordaram meu espírito para os princípios da lei da sociedade organizada, da importância da economia, da defesa da liberdade e dos direitos humanos, do sadio patriotismo, do amor às letras e às artes, de todos os sentimentos, enfim, que constituem a essência da formação cultural e política francesas.

Agradeço a V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Embaixador, sua referência à minha atuação durante a guerra, sendo forçoso reconhecer, entretanto, que pouquíssimo — quase nada — pudemos fazer então a não ser através do recolhimento de contribuições em dinheiro e material para auxiliar as vítimas da guerra, até o momento em que, nós mesmos envolvidos no conflito, pudemos levar à França eterna nossa contribuição militar através da Força Expedicionária Brasileira. No período que se segue, encontra-me V. Ex<sup>e</sup> participando de um elevado número de atividades comerciais destinadas a aproximar nossos dois países, num momento em que a balança de pagamentos era inteiramente favorável ao Brasil, situação que me preocupava tanto quanto a inversa, convencido que era e sou, de que o comércio entre dois países deve ser uma ampla avenida de duas mãos em que a troca de mercadorias, capitais e técnica se faça igualmente, sem restrições, para mútua e recíproca satisfação.

Hoje verifico com alegria que feito o balanço de muitos anos de comércio entre a França e o Brasil os resultados são os mais auspiciosos que se possa desejar. Durante anos nos limitamos a exportar nossos produtos primários enquanto recebíamos produtos manufaturados, capital e sua aperfeiçoada tecnologia. Com o passar do tempo encontramos uma tendência a um equilíbrio e através da absorção desse know-how o Brasil se encaminha a ocupar posição entre as nações industrializadas do mundo. Um caso típico do que afirmo é o da Rhodia, empresa que temos a honra de presidir, que chegou ao Brasil há 55 anos aportando o capital de alguns milhares de acionistas franceses e a técnica da Société des Usines du Rhône — hoje Rhône-Poulenc S.A. — para lançar as fundações de uma indústria química que se coloca atualmente em 2º ou 3º lugar entre os maiores grupos industriais privados do Brasil e representa o maior investimento francês fora da França. Empregando 15.000 pessoas, a Rhodia tem papel tão preponderante na economia do Brasil e nas relações comerciais entre nossos dois países que me sinto na obrigação, Sr. Embaixador, de lhe pedir licença para dividir a honra que hoje recebo com todos os nossos colaboradores que, por sua dedicação, seu trabalho e seu amor tanto ao país de origem como ao de adoção, construiram, no passado e no presente, este império industrial. Assim, Sr. Embaixador, recebo com humildade a grande honra que me concede o governo da França, sabendo que ao outorgá-la V. Ex<sup>e</sup> traduz o reconhecimento de seu país pelo que temos feito na direção do grupo Rhodia ao mesmo

tempo que nos dá a tranquilidade de saber que podemos continuar a fazê-lo no futuro e enquanto Deus nos der forças, com o auxílio desta grande equipe que são a Rhône-Poulenc e a Rhodia Brasil.

Renovo, Sr. Embaixador, meus agradecimentos por suas palavras. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ao Sr. Ministro Cônsul-Geral seu comparecimento a esta recepção que proporcionou a tantos amigos a oportunidade de encontrá-los e participar de minha festa e aos quais fico sumamente grato. Muito obrigado."

Os dados biográficos são os seguintes:

Ex-Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A. (1959 e 1963).

Ex-Presidente do Rotary Club de São Paulo (1950/1951).

Ex-Diretor da Associação Comercial de São Paulo.

Ex-Diretor da Câmara Americana de Comércio.

Ex-Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Brasileira.

Exerce atualmente os seguintes cargos:

Presidente da Rhodia — Indústrias Químicas e Têxteis S.A.

Presidente das Indústrias Brasileiras Reunidas Philips S.A.

Presidente da Valisère S.A.

Presidente da Rhodia Nordeste S.A. Indústrias Têxteis e Químicas.

Presidente da Valisère do Nordeste S.A.

Presidente do Instituto Rhodia-Merieux S.A. Produtos Veterinários.

Presidente da Philips do Amazonas S.A.

Presidente da S.A. Philips do Brasil.

Presidente da ASEA Elétrica S.A.

Presidente da ASEA Industrial S.A.

Presidente da INTECE S.A.

Presidente da ROLIBEC S.A. Corretores de Seguros.

Presidente da DIXIE S.A. Comércio e Indústria.

Diretor da São Paulo Alpargatas S.A.

Diretor da Companhia Agrícola Fibrasil.

Diretor da Pirelli S.A. Cia. Industrial Brasileira.

Diretor da Champion Papel e Celulose S.A.

Diretor da Companhia Brasileira de Discos Phonogram.

Diretor da PAREMA Administração e Empreendimentos S.A.

Diretor da Fazenda Bodoquena S.A.

Diretor-Gerente da Companhia Itaquerê Industrial e Agrícola.

Sócio-Gerente da Fazenda Itaquerê Ltda.

Sócio-Gerente da Serraria e Comércio de Mâmore e Granito Itaquerê Ltda.

Diretor-Conselheiro do Banco de Investimento do Brasil S.A.

Diretor-Conselheiro do Banco Francês e Brasileiro S.A.

Membro do Conselho de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A.

Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Fundo Crescimento de Investimentos.

Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da São Paulo — Cia. Nacional de Seguros.

Diretor Consultivo da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Membro do Conselho da União Cultural Brasil-Estados Unidos.

Membro do Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios.

Membro do Conselho Deliberativo da Assoc. Nacional de Programação Econ. e Social — ANPES.

Diretor-Tesoureiro da Associação de Assistência à Criança Defeituosa.

Membro do Conselho Deliberativo da Fundação Liceu Pasteur.

Membro do Conselho Deliberativo da Aliança Francesa.

Membro do Conselho Deliberativo da Orquestra Filarmônica de São Paulo.

Membro da Comissão de Construção do Centro de Civismo e Cultura de São Paulo.

Membro do Conselho da União Cívica Feminina.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Deputado Ruy Côdo.

**O SR. RUY CÔDO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente onde está a Revolução, Srs. Congressistas, que fecha os olhos à mais vital das necessidades nacionais — a de garantir caminhos largos, seguros, para que o nosso potencial econômico não fique estrangulado, frustrando os ideais que puseram nas ruas, em defesa da ordem e da legalidade, populações inteiras em todo o Brasil?

Onde está a Revolução que se fez para que o Brasil tivesse condições de se ombrejar, nos mercados externos, com países desenvolvidos, quando se vê que obras inadiáveis e imprescindíveis são paralisadas, como aconteceu agora em São Paulo, quando o Governo que a Revolução escolheu, determinou a rescisão dos contratos de construção das pistas ascendentes da Rodovia dos Imigrantes?

São Paulo, cujo parque industrial é o maior da América Latina, cuja produção agropecuária constitui a maior riqueza de nossa balança comercial, tem, de há muito tempo, esgotada a capacidade de vazão dos caminhos rodoviários que demandam o porto de Santos, um dos corredores de exportação que mais divisas carreia para o País.

Justifica-se — pergunto ao ilustre Presidente Ernesto Geisel — a título de promover o desenvolvimento dos transportes urbanos, que reconheço urgentes e prioritários, trancar-se o único caminho capaz de garantir nossa independência econômica?

Justifica-se que o Poder Público, com medidas iguais a esta, leve a situação desesperada a economia dos mais pujante Estado da Federação?

Não constitui tal providência medida errônea pois que fará apodrecer nas fazendas, nos armazéns e silos construídos pelo Governo toda a produção exportável do mais desenvolvido Estado da Nação?

Toda a imprensa paulista condenou tal medida, uma vez que a via Anchieta está superada, o que provoca o estrangulamento do tráfego que por ela se processa por mais de seis horas consecutivas.

Completar a via dos Imigrantes é muito mais do que criar um caminho para o incipiente turismo interno. É dar ao Brasil a segurança e a tranquilidade que o comércio importador e exportador, que se desenvolve através do porto de Santos, possa assegurar os recursos econômicos de que necessita. Tesouro Nacional.

Se, conforme anuncia o Governo de São Paulo, não existirem recursos para custear as obras de complementação da Rodovia dos Imigrantes, é chegado o instante, em que os ideais que inspiraram a Revolução de Março, que pretende realizar um desenvolvimento uniforme, desde a Presidência da República, passando pelos governos estaduais, atingindo a própria célula geradora da unidade nacional, os Municípios, devem fazer o Governo afrouxar os cordões de sua bolsa e socorrer a DERSA, dando-lhe os recursos de que precisa para concluir a atual pista descendente e construir a pista ascendente, a fim de que não fique estrangulada, tal como aconteceu com a Rodovia Castello Branco, que teve suas 4 pistas reduzidas a 3 a partir de Sorocaba e se estreita em 2 ao final, para estancar na Cidade de Avaré.

A Presidente Castello Branco foi planejada, objetivando a dar ao Estado e ao Brasil uma rodovia que viesse realmente solucionar os transportes de veículos para o Oeste do Estado, bem como o Norte do Paraná e o Estado do Mato Grosso. Infelizmente, o planejamento ficou só no papel e a grande rodovia tem o seu final na cidade de Avaré, prejudicando destarte as economias, paulista e a brasiliense, sem levarmos em conta que ela hoje praticamente está saturada, tudo por que os executores não seguiram os estudos e as viabilidades do primitivo projeto.

Chegou o instante de ter em vista o maior interesse nacional, no qual a decisão de se fornecer os recursos econômicos exigidos para a conclusão da Rodovia dos Imigrantes é de responsabilidade do Ministério dos Transportes e do nobre Presidente da República, dando que não existem recursos com os quais São Paulo possa realizá-la, tal como informa o seu Governo.

Deixo aqui o meu veemente apelo ao insigne Presidente da República, General Ernesto Geisel, para que forneça os elementos necessários e urgentes a fim de que a Rodovia dos Imigrantes seja concluída integralmente.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por vezes as circunstâncias que cercam as atividades políticas levam os partidos a decisões que visam a atender o momento que vivem, onde não cabem emoções nem quaisquer sentimentos naturais aos homens. São decisões frias, impersonais e, não raro, imperiosas. Porém, não deixam de abater-nos, entristecer-nos, mortais que somos.

No âmbito do Poder Legislativo temos exemplos constantes desse sacrifício político que, como é natural, se amiudam em épocas eleitorais, mas que não deixam de se constituir em surpresas para todos nós que, apesar das divergências partidárias, nos acostumamos uns aos outros, criamos afeições e constituimos sólidas amizades que extrapolam os limites do território físico do Parlamento.

Já tivemos aqui, Sr. Presidente, companheiros que, no gesto desprendido da renúncia a seus legítimos direitos e interesses, cresceram de maneira grandiosa no conceito de seus pares e de seus de mais concidadãos, tal a demonstração de desapego às honras do posto eletivo, numa clara e óbvia manifestação de dignidade, altivez e inteligência.

As últimas eleições, feridas a 15 de novembro do ano findo, trouxeram-nos renovados exemplos da impecável conduta de diversos homens públicos que não titubaram no sacrifício em nome das injunções partidárias e do momento político que talvez exigissem semelhante comportamento, se bem que agora torna-se intempestiva qualquer menção sobre o mérito que teria orientado tais episódios.

Talvez, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não fossem certos homens de fibra inquebrantável, a galeria dos homens públicos não se veria enriquecida de tanta respeitabilidade.

Devido exatamente aos frios e impersonais designios político-partidários a que aqui nos referimos, perdeu o Senado Federal um de seus mais destacados e cultos membros e o Estado e o povo do Rio Grande do Sul um de seus mais pressurosos e leais representantes, o Dr. Guido Fernando Mondin que, por dois mandatos consecutivos de Senador, honrou aquela Casa do Congresso Nacional, mercê de seu preparo intelectual, sua fina cultura e extraordinária lucidez.

O País não se viu privado, entretanto, dos inestimáveis serviços desse seu preclaro filho: houve por bem o eminente Presidente da República nomeá-lo para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Perde o Parlamento, mas ganha a Corte de Contas, num perfeito equilíbrio que vem pôr a Pátria a salvo do prejuízo de não ter Guido Mondin em algum dos mais altos encargos da República, o que não deixaria de ser lamentado por todos aqueles que conhecem e já tiveram a grata oportunidade de conviver com o ex-Senador gaúcho.

figura das mais notáveis no cenário nacional em virtude de seu invejável currículum que é, uma vez mais, colocado à disposição da Nação.

Economista e intelectual de renome, além de ser destacado cultor das artes plásticas, está o Ministro Guido Mondin no lugar que lhe cabe na vida nacional. Honrará novamente o Rio Grande do Sul, dignificará o Tribunal de Contas da União e será outra vez, não temos dúvida, exemplo edificante para seus contemporâneos.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubem Dourado.

**O SR. RUBEM DOURADO (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho à tribuna apenas para trazer ao conhecimento da Casa que a Comissão Mista acaba de rejeitar parecer do eminente ilustre Deputado Cid Furtado, que considera o caso indissolúvel no Brasil.

Por 11 votos contra 10, Sr. Presidente, a tese da dissolubilidade em caráter excepcional foi aceita pela Comissão Mista. Acredito que, como já declarei em outras oportunidades, aos poucos o Congresso Nacional irá sentir que esta é a vontade da maioria do povo brasileiro, aos poucos nos estaremos aproximando do aperfeiçoamento legislativo que o Brasil de nós espera e exige.

Sr. Presidente, creio que, dentro de um mês, aqui estaremos debatendo naquele alto nível a que esta Casa está acostumada, com respeito às leis, quer dogmáticas, quer institucionais, na certeza de que, embora seja apenas mais um passo, estaremos cumprindo com o nosso dever, no sentido de buscar soluções para aqueles que hoje têm problemas que podem ser resolvidos legalmente.

Assim sendo, não importa, enfatizo mais uma vez, qual a emenda aprovada, seja a minha, seja a do Deputado Airon Rios, seja a do Senador Nelson Carneiro. O que importa é que os representantes do povo nesta Casa se conscientizem cada vez mais da necessidade da implantação do divórcio no Brasil, pois cerca de 80% de nossa população — maioria absoluta — são favoráveis à tese divorciista, solução já adotada em todos os países avançados do mundo, inclusive na Itália, berço da respeitabilíssima Igreja Católica Apostólica Romana.

Trata-se de problema de legislação comum e constitucional, e aqui haveremos de equacioná-lo.

Lamentei, inclusive, Sr. Presidente, que já não tivessem outras Legislaturas este problema resolvido. Gostaria mesmo de chegar a esta Casa com a lei do divórcio já aprovada, mas como ainda não foi, estamos todos nós prestando a nossa colaboração nesse sentido. E isto é o que o povo espera, como diz a História, que todos nós cumpramos com o nosso dever. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Santos Filho.

**O SR. SANTOS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando se aproxima a data em que se deverá aposentar, por força de disposição de lei, um dos mais ilustres e brilhantes membros da mais alta Corte de Justiça do País, o Ministro Aliomar Baleeiro, os que representamos o Estado do Paraná não nos poderíamos omitir de formular esta solicitação a S. Ex<sup>ta</sup>, o Sr. Presidente da República.

Compreendemos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que este cargo e esta função não se preenche por atendimento a Estados ou regiões, mas pelo saber jurídico, probidade e retidão de caráter do escolhido o meu Estado, porém, também possui material humano que atende aos requisitos exigidos, tanto em seus quadros forenses, como entre os profissionais liberais e os estudiosos da cultura jurídica.

Razão por que entendemos de direito formular um apelo a S. Ex<sup>ta</sup>, a fim de que examine a possibilidade de, reconhecendo de justiça, como de fato o é, escolher um nome do Paraná para integrar o Supremo Tribunal Federal, o que viria, sem dúvida, atender a uma das mais antigas e sentidas aspirações da gente e da terra paranaense.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Paulo.

**O SR. JORGE PAULO (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cremos não haver dúvidas de que das carências — e tantas existem — que mais afligem nosso País, a de uma rede ferroviária suficiente, é das que mais prejuízos e incômodos de toda ordem trazem a este território de dimensões continentais.

Infelizmente, o impulso verificado no setor rodoviário nacional não foi acompanhado, como seria de se esperar, por um progresso razoável de nossas linhas ferroviárias. O crescimento foi insuficiente para as prementes necessidades do País.

Assim, o transporte de cargas, principalmente, e de pessoas continua, cada vez mais, a ser efetuado através de rodovias, acarretando incalculáveis despesas de combustível, justamente numa época de escassez de petróleo, o que ocasionou uma alta absurda nos preços de seus derivados.

Porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não será possível ao nosso País contar, da noite para o dia, com o que não foi feito em tantos anos passados. Obviamente, somos obrigados a dispor do que temos para atender às exigências de transportes. E o que temos são rodovias utilizadas pela esmagadora maioria das pessoas que precisam se locomover de um ponto a outro do Brasil.

Enfim, já que praticamente não há opção para a maior parte de nossos patrícios, tendo em vista os preços proibitivos das passagens aéreas, era de se esperar um aprimoramento dos serviços das linhas de ônibus que ligam milhares de cidades em todo território nacional. Entretanto, para desconsolo dos usuários, não é o que ocorre de maneira geral: ônibus mal conservados, sujos e sem condições mínimas de tráfego são facilmente encontrados em nossas estradas.

Apenas para exemplificar, citaremos aqui o que ocorre com a linha São Paulo — Brasília — São Paulo, de indiscutível importância e que é explorada por uma única empresa, fato que, aliás, faz com que os necessitados de realizar aquela viagem sejam submetidos às mais diversas vicissitudes, transformando o trajeto em verdadeira caixa de surpresas, tal o inopinado dos acontecimentos ocorrentes, como a sistemática quebra dos veículos, o que revela a péssima ou mesmo nula conservação deste, sujeitando os passageiros a penosas horas parados à beira da estrada, e até mesmo à substituição de ônibus-leito por comum, para prosseguimento da jornada, sem a esperada e devida restituição do valor correspondente à diferença de preços das passagens.

Ora, é evidente que semelhante situação na ligação rodoviária entre a Capital da República e a cidade de São Paulo não poderá perdurar por muito tempo mais, sob pena de advirem maiores prejuízos para os viajantes que se vêm obrigados a se utilizar da empresa concessionária daquela linha, que, além das mazelas aqui noticiadas, não atende convenientemente à grande demanda de passageiros devido aos poucos horários com que conta.

Assim, apelamos ao Ministério dos Transportes no sentido de que conceda, através de meio apropriado, licença para que outra empresa transportadora possa fazer a linha ligando as duas capitais, permitindo, inclusive, a inclusão de um ou mais horários para ônibus especiais, de luxo, para os que preferirem.

Acreditamos que a concorrência será salutar e benéfica para os usuários daquela ligação rodoviária, atualmente tão carente de melhores cuidados.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Com a palavra o nobre Deputado Antunes de Oliveira.

**O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, três assuntos de valia me trazem à Tribuna do Congresso Nacional neste momento.

Tenho em mãos, datada de 10 do corrente mês, correspondência do Sindicato da Indústria de Extração de Borracha no Estado do Amazonas, com sede à Rua Barroso, 142, em Manaus — Amazonas, assinada pelo emérito brasileiro Manoel Alexandre Filho.

O Projeto Borracha, inspirado pelo Decreto-lei nº 1.232, de julho, de 1972, não estimula a produção de borracha, através dos tradicionais seringalistas-caboclos, os autênticos responsáveis pela colheita do látex.

A falta de financiamento para o custeio das safras determinou a diminuição da produção anual, em termos alarmantes, apesar das propostas do Governo Federal.

Não há financiamento a favor dessa gente que reescalou suas dívidas com o Banco da Amazônia, decorrendo daí um desestímulo constrangedor e grandemente injusto.

Como amazônida, como representante do Povo do Amazonas e da Amazônia Brasileira, sei do denodo do seringalista e conheço o quanto ele tem feito pelo Brasil e pela gente do imenso e singular rio, que orgulhece o Brasil.

Há que se ter, imediatamente, um plano para salvar as safras que hão de aumentar a produção de borracha na Amazônia. Plano que coopere com os tradicionais seringalistas e com os lutadores seringueiros que, honradamente, sustentam suas famílias e ajudam as finanças da região e do País.

Para que não se pense que estou falando em ficções, leio a missiva a que, no início, me referi:

Ofício nº 026/75.

Manaus, 10 de abril de 1975.

Exmo. Sr.

Deputado Federal ALBÉRICO ANTUNES DE OLIVEIRA  
Câmara Federal  
Brasília DF.

Senhor Deputado Federal,

Os Poderes Legislativos — Estadual e Municipal — têm agitado com merecido apoio da imprensa e televisão locais o total desinteresse que o Banco da Amazônia S.A. (BASA) confere aos assuntos da goma elástica preferindo o lucro mais fácil em operações tipicamente comerciais do que a inversão de recursos em safras que de certa maneira ainda pensem no equilíbrio orçamentário da Amazônia.

Entendemos que o Projeto Borracha concebido pelo Decreto-lei nº 1.232, de julho de 1972, falhou, justamente à falta de amparo financeiro por parte da SUDHEVEA/BASA.

Desprezaram-se os tradicionais seringalistas negando-lhes financiamento para o custeio das safras e o que todos assistimos foi o decréscimo da produção ano após ano conquanto o Governo Federal alimente esperanças de aumentá-la.

Não há financiamento para a classe seringalista que reescalou o seu débito com o BASA.

Em razão do desestímulo apelamos a V. Ex<sup>e</sup>, voz eloquente na defesa dos interesses da Amazônia para que se unido aos Poderes do Estado — e S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Governador HENOCHE REIS também se solidariza com o problema — faça chegar às autoridades da República o clamor patriótico por uma produção de borracha natural eficiente.

Certos de que V. Ex<sup>e</sup> atenderá ao nosso apelo, renovamos protestos de estima e particular admiração.

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DA BORRACHA NO ESTADO DO AMAZONAS. Manuel Alexandre Filho — Presidente.**

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o segundo assunto que hei de lhes apresentar é o seguinte: a imprensa brasileira está de parabéns pelo sesquicentenário do "Diário de Pernambuco". Este órgão da imprensa brasileira orgulhece qualquer país do mundo. Em século e meio, de atuação, empreendeu lutas, enfrentou perseguições e desbandidas pressões, mas alcançou vitórias gloriosas, patrióticas, humanas.

Na sessão, de hoje, da Câmara dos Deputados, prestou-se fervorosa homenagem ao "Diário de Pernambuco", num belo gesto de reconhecimento aos seus atuais funcionários, do mais modesto ao mais categorizado, e a quantos nele colaboraram em século e meio, sem se esquecer de Assis Chateaubriand, o valoroso jornalista.

Após a sessão da Câmara dos Deputados, o nobre Presidente Célio Borja convidou-nos para, em seu gabinete, abraçarmos os ilustres representantes do laureado "Diário de Pernambuco". Estive, juntamente com vários outros colegas Deputados Federais, naquele encontro feliz. Abraçei, efusivamente, os colegas jornalistas Nereu Bastos, Martinho Luna Alencar, Renato Dias Filho, Francisco Braga Sobrinho, Wilson Lustosa, Gladestone Melo, Arnoldo Jambo, Leonardo Silva.

Filho em meu nome pessoal, como jornalista profissional e Diretor-Procurador do Sindicato de Jornalistas Liberais da Guanabara e como representante do Estado do Amazonas.

Eis que me reservo ao direito de transcrever, aqui, nestas rápidas palavras, um xerox do "Diário de Pernambuco", número 1, de 7 de novembro de 1825.

**NÚMERO 1**  
**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**HOJE, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO E**  
**311 DIAS DO ANNNO DE 1825.**

S. FLORENCIO B.

**Introdução**

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diário de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se comunicassem ao público notícias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Typographia de Miranda e Companhia se propôz a publicar todos os dias da semana excepto os Domingos somente o presente Diário, no qual debaixo dos títulos de — Compras — Vendas — Leilões — Alugueis — Arrendamentos — Aforamento — Roubos — Perdas — Achados — Fugidas e Apprehensões de escravos — Viagens — Afretamentos — Amas de leite etc., tudo quanto disser respeito a taes artigos; para o que tem convidado a todas as pessoas, que houverem de fazer estes ou outros quaesquer annuncios, aos levarem a mesma Typographia que lhes serão impressos gratis, devendo ir assignados.

Também se publicam todos os dias as entradas e saídas das embarcações do dia antecedente, portos de onde vierão, dias de viagem, passageiros, cargas, e notícias, que trouxerão. Além disto todas as semanas se darão os pregos correntes dos gêneros de importação e exportação com um attestado de dois negociantes desta praça.

E porque para muitas pessoas seria incomodo dirigir-se a Typografia, para entregarem os seus annuncios, se tem prevenido este inconveniente recebendo-se no Recife, no Botequim da Praça, em S. Antonio na Loja da Gazeta rua do Rosário, e na Boa-Vista na Botica de João Ferreira da Cunha no largo da Matriz taes annuncios em cujas casas se recebem igualmente assignaturas e se vende este Diário pelo preço de 10rs. cada folha.

**Compras**

1. Quem tiver alguma casa terrea nesta Cidade, que não seja de alto preço, dirija-se a rua dos Martirios casa n D 8 onde achará quem pretende comprar huma tal propriedade.

**Vendas**

2. Vende-se, ou afretar-se o Brigue Escuna Americano Abbis de 135 toneladas, em muito bom estado, e prompto de todo o necessário e muito veleiro, quem o quizer comprar ou afretar pode dirigir-se a Luiz Gonçalves Ferreira.

3. Quem quiser comprar huma morada de casa na Povoação da Casa Forte, com muitos commodos, bom quinal, e fructas de varias qualidades, falle a Antonio José dos Santos na rua da Cadeia do bairro do Recife.

4. Quem quiser comprar huma morada de casa de sobrado na Cidade de Olinda na rua de S. Bento, na qual morou muito tempo Bonifacio Maximiano de Mattos, e que se acha em muito bom estado e bem pintada, dirija-se a casa de Angelo Ribeiro Paz e Mendonça, rua Direita sobrado n. 272, que tem ordem de se ajustar com qualquer pessoa.

5. Quem quiser comprar um escravo official de sapateiro, de nação Calabar, com ponta de barba e bem ladino, sem vicios nem desfeito algum e que seu Senhor vende por o dito escravo não querer estar no matto para onde se mudou, falle ao sobredito Angelo Ribeiro na mesma casa das 3 até 5 horas da tarde.

6. Vende-se uma Enginhoca moente, e corrente com boa casa de vivenda e algumas mattas denominada Conceição, sita na Feira de Nazareth, com duzentas braças de frente, e meia legua de fundo, avaliada em oito mil cruzados; quem a quiser comprar dirija-se ao Cartorio do Escrivão Nascimento, na rua direita, que achará com quem ajustar-se.

7. Ao pé da mesma Enginhoca ha huma porção de terras tambem com duzentas braças de frente e meia legua de fundo, quem quiser comprar pode dirigir-se ao mesmo Cartorio.

8. Marcelino de Campos Quaresma tem para vender hum escravo de nação Angola, bem feito e alto ainda sem buço, muito possante e fiel: quem o quizer comprar pode entender-se com o sobredito na rua do Cotovelo, pouco adiante do beco das Barreiras, ou no Cartório da Fazenda Nacional, onde o mesmo é empregado.

9. O Inspetor do Trem Nacional desta Cidade tem a vender hum escravo do gentio de Angola, quem o quizer comprar dirija-se ao mesmo na rua do Rangel, ou no dito Trem.

**Leilões**

10. Leilão que faz Ray et Bryan de dez peças de Artilharia no dia 9 do corrente no Trapixe da Alfandega.

**Roubos**

11. Em dias do mez passado furtarão do lugar de Beberibe huma burrinha castanha com um filho da mesma cor, pertencentes a Bartholomeu Francisco de Souza, quem souber alguma notícia de taes animaes ou descobrir onde elles se acham dirija-se ao sobredito na sua Botica na rua do Rosario, que lhe dará de premio 16 mil réis.

12. No 1º do corrente na Praça Grâde desta Cidade sonegarão hum Menino pardo de nome Leonardo, filho de Marcelino dos Santos de Oliveira morador em terras do Monteiro cujos signaes são: ter uma cicatriz na cabeça procedida de huma queimadura, e o dedo minimo da mão direita de menos; quem o descobrir dando parte no Engenho Monteiro ou anunciando-se por este Diário terá grandes Alviçaras.

**Perdas**

13. Quem achar huma Carteira de Algibeira de morroquim encarnado com duas obrigações dentro: huma, Credito de José Joaquim da Silva morador em Santo Antão, do valor de rs. 19.200, a outra Credito de João Joze de Siqueira morador na Serra da Passira do valor de rs. 22.360 assim outros muitos papeis que de nenhuma utilidade poderá servir a pessoa alguma, se não ao seu próprio dono; quem a tiver achado a poderá entregar na Botica junto a Guarda da Boa-Vista e alli receberá o seu achado.

**Viagens**

14. Para Maranhão com a maior brevidade segue viagem o Bergantim Concordia do Brazil, quem nesse quizer carregar ou transportar-se dirija-se ao Capitão do dito Joze da Costa Santos ou a Manoel Joze Ribeiro.

15. Para a Bahia o Brigue Inglez Sir James Kemp, Capitão John Ross, quem nesse quizer carregar ou hir de passagem dirija-se à Ray Bryan.

**Afretamentos**

16. Quem quizer afretar para qualquer porto da Europa ou America o Brigue Americano Franklin, pode dirigir-se a Luiz Gonçalves Ferreira.

17. Para a Ave de Graça a Galera Apollo a sahir impreterivelmente no dia 25 do proximo mes de Novembro de 1825, quem quizer hir de passagem dirija-se aos seus consignatários Roberts Pelly Companhia, moradores na rua do Trapixe da Alfandega.

**Entradas e saídas das embarcações****ENTRADAS DO DIA 5**

A sumaca Capió vinda da Bahia, com 11 dias de viagem, Capitão Constantino Joze Pinto, dono Francisco Pinto Lima, tripulação 11 pessoas, carga Farinha, passageiro Joze Joaquim Theodoro de Mello.

A lancha Alegria do Brazil vinda de S. Matheus, com 30 dias de viagem, Mestre Antonio dos Santos e Silva, dono Manoel de Souza Rocha, tripulação 5 pessoas, carga Farinha.

A Lancha Desengano Feliz, vinda de S. Matheus, com 27 dias de viagem, Mestre Joze Joaquim Jorge, tripulação 7 pessoas, carga farinha.

A Lancha Flor de Goianna, vinda de Goianna, Mestre e dono Antonio Affonso de Mello, tripulação 8 pessoas, carga algodão, e lenha, com 2 dias de viagens.

**SAÍDAS DO MESMO DIA**

A Sumaca Chica para o Açu Mestre Izidoro da Silva, dono Bento Joze da Costa, tripulação 12 pessoas, carga diversos gêneros, e 15 passageiros.

A Sumaca Amizade, para o Rio Real, Mestre João Antonio Mesquita, dono Manoel Joaquim da Silva Portella, tripulação 8 pessoas, carga Lastro.

A escuna Estrella para a Bahia, Mestre Joze Joaquim Ladislao, consignatario Amaro de Barros Corteia Junior, tripulação 8 pessoas, carga lastro.

**ENTRADAS DO DIA 6**

Brigue Inglez Riliane, vindo do Porto, 48 dias, Mestre William Airison, carga Vinho, consignado a Robspeliar..

Brigue Francez Celpale, vindo de Ave de Graça, 60 dias, Mestre Cirlat, carga Farinha, Queijo e Aguardente, consignado Lasserre.

Sumaca Rosario, vinda do Aracaty em 28 dias, Mestre Joze Rodrigues, carga couro, sola e algodão, consignada a Francisco Antonio.

**DIA 3**

Paquete Inglez Lord Hobart Capitão William Jones vindo de Falmont com escala pela Madeira e Teneriffe, 49 dias de viagem, passageiros 3 Officiaes de Marinha para a Esquadra Ingleza do Rio, dá noticia de haver sahido do Portos da França huma Esquadra de 50 embarcações de guerra com destino para a Ilha de Cuba.

Sahio o mesmo Paquete no dia 5 para o Rio com escala pela Bahia, Passageiros o Reverendo John Penny, Ingles e os

Brazileiros Francisco Xavier Cavalcante, e Joaquim Joze da Costa Oliveira.

**AVIZO**

Faz-se saber aos Srs. Assignantes deste Diário que na occasião de lhe ser entregue se as suas portas se acharem feixadas o Diário será mettido por baixo das mesmas, porque se torna muito incommodo procurar duas ou trez vezes a qualquer dos Srs. Assignantes para lhes entregar em mão propria dito Diário.

Na Typ. de Miranda e C.

(Reproduzido a 22 de novembro de 1966, pela gravura do DIARIO DE PERNAMBUCO, sob a supervisão do gravador ZUZA.)

Não me posso furtar ao prazer de reproduzir, também, o trabalho popular do "poeta-repórter" José Soares, versos cantados pelo povo, ou recitados pelos trovadores.

Ei-los:

José Soares, Poeta-Repórter

**"O SESQUICENTENÁRIO DO  
"DIÁRIO DE PERNAMBUCO"**

Dos Diários Associados  
que se diz noticioso

Diário de Pernambuco  
para o concencioso  
em furos de reportagens  
é talvez o mais famoso

Informar bem ao povo  
já é coisa de rotina  
todo dia novidade  
passa por nossa retina  
é o jornal mais antigo  
de toda América Latina

Tem 150 anos  
de informações e glória  
com manchetes e gravuras  
ilustrando sua história  
com notícias memoráveis  
que não nos sai da memória

Diário de Pernambuco  
é o maior expoente  
todos acontecimentos  
Diário se faz presente  
é um jornal integrado  
Que conta a notícia quente

Sem mesclatisar os mais  
jornais-histórico ou lendário  
Diário de Pernambuco  
lídera o noticiário  
é quem primeiro anuncia  
as coisas do calendário

Desde que Chateaubriand  
que foi o seu bem-féitor  
a um século e meio passado  
que vem servindo ao leitor  
não só do nosso país  
também do exterior

Diário de Pernambuco  
o meu e o teu Diário  
como leitor admiro  
teu feito extraordinário  
os 150 anos  
do teu sesquicentenário.

É bem difícil um poeta representar sua imagem não só no setor noticia direção e reportagem seus repórteres se desdobram com sensatez e coragem.

Em quase todas cidades existe um correspondente com um programa traçado a meta é servir a gente nos mais longínquos rincões

DIÁRIO se faz presente

Quando não lei o DIÁRIO fico meio baratinado como a pessoa que nunca usou tomar emprestado que vai tomar onde tem e volta desarrumado

Em todo lugar que ando no mais distante cavalo tenho visto várias classes até cavador de SUCO procurando prá comprar

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

DIÁRIO DE PERNAMBUCO traz um caderno infantil e no dia de domingo a tiragem é muitos mil é bem pouca a diferença para o JORNAL DO BRASIL

Quando sai edição EXTRA o DIÁRIO é uma jóia cada modelo bonito como uma deusa de tróia para o bem dos jornaleiros DIÁRIO recebe a bôia

Se você perder um número não há preocupação qualquer dia mês ou ano seja qual for a edição embora um pouco mais caro encontra na REDAÇÃO

Com chuva, sol ou sereno escuro ou noite de lua 3 horas da madrugada o jornal está na rua vai jornal prá toda parte até pro País da lua

Os repórteres traz notícias colhidas com muita raça funcionários recebe 3,4 ramais de gravação logo a sair das turbinas antes de sair na praça

DIÁRIO é especial em matéria de CLICHÉS Se você falar com ZUZA recebe com rapidez depois de impressas a gravura mostra mais NITIDEZ

Uma hora da manhã vai chegando o pessoal

se amparando nas marquises com medo do temporal homem, mulher e menino entrelacando jornal

Madrugada sai jornal para qualquer direção de kombi camionetas de ônibus e avião para lugar distante sai até de lotação

Que DEUS o ser criado dos dons espirituais reflexo de luz divina que ilumina os mortais dá aos que fazem o DIÁRIO relíquias de amor e paz

DIÁRIO é uma lâmpada acesa na noite da ignorância a nos mostrar a clareza da mais desejada estância quem num DIÁRIO não pega provoca repugnância

Essas estrofes profícias numa linguagem histórica sem respeitar a lunética a minha pena grotesca comprova que o DIÁRIO só conta noticia "fresca"

Pedindo que me esculpe o fraco vocabulário ofereço essas estrofes a DIREÇÃO DO DIÁRIO em homenagem ao aniversário do seu SESQUICENTENÁRIO

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o terceiro assunto que inspirou minha vinda à tribuna do Congresso Brasileiro é o seguinte: o "Jornal de Brasília", em síntese admirável, dá-nos conta de atitude patriótica e corajosa do General Ernesto Geisel no posto honorabilíssimo de Presidente da República.

Logo depois de escutar a exposição do Chanceler brasileiro Azeredo da Silveira, S. Ex<sup>o</sup> se recusou a concordar com a intervenção pretendida pelo Banco de Portugal, na agência do Banco do Brasil, em Lisboa. De maneira certa, S. Ex<sup>o</sup> o General Ernesto Geisel não aceitou a intervenção, descabida, injurídica e antibrasileira, em face de que a instalação do Banco do Brasil, em Lisboa, é fruto de um convênio de Governo para Governo. A agência do Banco do Brasil, no caso, é propriedade do Governo Brasileiro, entendida como representação diplomática.

O Presidente Ernesto Geisel representou bem o tipo brasileiro, dando, de imediato, a lição aos que desrespeitam os princípios de direito que regem as nações civilizadas.

O Presidente da República deu a devida e oportuna resposta à intervenção. S. Ex<sup>o</sup> disse não! Esta é também a nossa resposta, a resposta do Amazonas, que tenho a honra de representar no Congresso; é a resposta do Brasil.

Tomo a liberdade, Sr. Presidente, de reproduzir aqui, neste pequeno discurso, artigo que o "Jornal de Brasília" publica, com destaque merecido, na primeira página de sua edição de hoje:

"O Governo Brasileiro se recusou a aceitar a intervenção pretendida pelo Banco de Portugal na agência do Banco do Brasil em Lisboa, por considerá-la atentatória à soberania nacional, tendo essa recusa partido do próprio Presidente Geisel após ouvir uma exposição do Chanceler Azeredo da Silveira.

A comunicação feita pelo Banco de Portugal à agência do BB em Lisboa de que seria nomeado um delegado para fiscalizar suas operações com vistas a ajustá-las às novas normas instituídas pela lei bancária portuguesa, encontrou firme resistência do Governo Brasileiro, antes assim que a intervenção, prevista para segunda-feira, está praticamente suspensa, aguardando as negociações de governo para governo.

Essas negociações estavam sendo precedidas, até à noite de ontem, a nível das chancelarias e das embaixadas em Brasília e Lisboa, sendo possível que se encontre uma fórmula de acordo, ainda hoje. O que é certo porém, segundo fontes oficiais, é que o Brasil não aceitará a presença de um delegado do Banco de Portugal nas dependências da agência do BB em Lisboa.

Afirmam as autoridades brasileiras que a decisão do Governo de não aceitar a intervenção se baseia no fato de que a instalação do Banco do Brasil em Lisboa resultou de um convênio de governo para governo, no qual ficou estabelecido que o BB teria uma agência em Portugal e o Banco Financeiro — que é também estatal — uma agência no Brasil.

Com as recentes modificações introduzidas na legislação bancária portuguesa, o Banco de Portugal passou a exercer as atribuições de um Banco Central e, por conseguinte, determinou fiscalização das atividades operacionais de todos os Bancos estrangeiros sediados no País.

Isso foi o que ocorreu com os principais Bancos norte-americanos e europeus, que são bancos privados. No caso do Banco do Brasil, entretanto, cuja agência é propriedade do governo — considerada mesmo como representação diplomática — o tratamento não pode ser o mesmo, conforme lembram os informantes. Disso se explica a pronta posição firmada pelo Governo Brasileiro, através da determinação do Presidente Geisel, de não aceitar a intervenção.

A agência do BB em Lisboa dispõe de um capital de 54 milhões de escudos, exercendo, conforme afirma seu gerente, Saul Ildefonso Azevedo, em seu último relatório, significativo papel no financiamento do tráfego comercial entre os dois países, apesar da crise política portuguesa.

As agências internacionais de notícias recordavam, ontem, que durante o governo comunista de Allende, no Chile, a agência do Banco do Brasil em Santiago foi singularmente pouparada do processo de expropriação que atingiu a totalidade dos bancos estrangeiros, observando-se a singularidade do banco brasileiro, como instituição oficial do Governo do Brasil."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 39, de 1975 (CN), da Comissão Mista, oferecendo a redação para o 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1975, esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 17, às dezoito horas e trinta minutos, destinada a discussão e votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1975-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 29, de 1975-CN), aprovando as partes reformuladas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), nos termos do art. 2º, § 2º, do Ato Complementar nº 43, de 1969.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, encerrei a discussão (Pausa.) Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queriam ficar sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de resolução na Câmara e no Senado e dispensada a redução final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 1, DE 1975 (CN)

Aprova as partes reformuladas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), nos termos do art. 2º, 2º, do Ato Complementar nº 43, de 1969.

O Congresso Nacional resolve:

Artigo único. São aprovadas as partes reformuladas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), publicadas no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 1974 e decorrentes das Ressalvas constantes da Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**